

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 09-8-2021.

---

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Alexandre Bobadra, Comandante Nádia, Juan Savedra, Karen Santos, Marcelo Lira, Matheus Gomes, Mauro Zacher e Vitória Cabreira. A seguir, foi apregoado requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando licença para tratamento de saúde do dia nove ao dia treze de agosto do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, após a entrega de seu diploma e de sua declaração pública de bens, bem como a indicação de seu nome parlamentar e a prestação do compromisso legal, Juan Savedra, informando-o que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Felipe Camozzato, Líder da Bancada do Novo, comunicando o impedimento do suplente Thiago José Albrecht em assumir a vereança do dia nove ao dia treze de agosto do corrente. Em continuidade, foi aprovado requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia nove ao dia treze de agosto do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, após a entrega de seu diploma e de sua declaração pública de bens, bem como a indicação de seu nome parlamentar e a prestação do compromisso legal, Marcelo Lira, informando-o que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Na ocasião, foi apregoada declaração firmada por Claudio Janta, Líder da Bancada do SD, comunicando o impedimento dos suplentes Lisandro Zwiernik, Antonio Carlos Souza de Lima, Sandro Marcelo Besson, Evaldir Santos Ramalho, Pedro Sergio Correa da Silva, Alex Sandro Nunes da Rosa, Edson Strogulski, Marcelo Felipe dos Santos Correa, Bernadete Senna, Marcio de Matos Barcelos, Paulo Ricardo da Silva Schuster e Sezefredo da Silva Cordeiro em assumirem a vereança do dia nove ao dia treze de agosto do corrente. Após, foi aprovado requerimento de autoria de Daiana Santos, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia nove ao dia onze de agosto do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, após a entrega de seu diploma e de sua declaração pública de bens, bem como a indicação de seu nome parlamentar e a prestação do compromisso legal, Vitória Cabreira, informando-a que integraria a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Na ocasião, foi apregoada

declaração firmada por Daiana Santos, Vice-Líder da Bancada do PCdoB, comunicando o impedimento dos suplentes Giovani e Coletivo, Dilce Abgail Rodrigues Pereira, Luciane Pereira da Silva e Erick Dênil Machado em assumirem a vereança do dia nove ao dia onze de agosto do corrente. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra, nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento, a Juan Savedra, Marcelo Lira e Vitória Cabreira. A seguir, por solicitação de Jonas Reis e Laura Sito, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Gerson Fortuna e a Alexandre Rocha. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Lexandra Rodrigues e a Guilherme da Silva Rodrigues, da Associação Gaúcha de Apoio às Altas Habilidades/Superdotação, que se pronunciaram acerca da importância da conscientização sobre altas habilidades/superdotação. Após, nos termos do artigo 206 do Regimento, Jessé Sangalli e José Freitas manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Jessé Sangalli e Alvoní Medina. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e um minutos às quinze horas e vinte e dois minutos. Foram aprovados requerimentos verbais formulados por Idenir Cecchim, solicitando alterações na ordem dos trabalhos da presente sessão, iniciando-se o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso do quadragésimo terceiro aniversário do Movimento Negro Unificado, nos termos do Requerimento nº 172/21 (Processo nº 0215/21), de autoria de Matheus Gomes. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Matheus Gomes, proponente. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra a Luiz Felipe de Oliveira Teixeira, coordenador do Movimento Negro Unificado, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Bruna Rodrigues, Laura Sito e Karen Santos. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta minutos às quinze horas e cinquenta e dois minutos. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta e quatro minutos às dezesseis horas e nove minutos, para a realização de reunião conjunta de comissões permanentes. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Comandante Nádia. A seguir, foram apregoados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 077/21 (Processo nº 0242/21), de autoria de Fernanda Barth e Comandante Nádia; o Projeto de Lei do Legislativo nº 296/21 (Processo nº 0724/21), de autoria de Gilson Padeiro; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 181 e 186/21 (Processos nºs 0477 e 0489/21, respectivamente), de autoria de Leonel Radde; o Projeto de Lei do Legislativo nº 111/20 (Processo nº 0284/20), de autoria de Moisés Barboza. Também, foram apregoados os Ofícios nºs 1587, 1588 e 1589/21, do Prefeito, encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 018, 019 e 020/21 (Processos nºs 0770, 0771 e 0772/21, respectivamente). Às dezesseis horas e vinte e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Pedro Ruas, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foi aprovado requerimento de autoria de Moisés Barboza, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 184/17 (Processo nº 1581/17). Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 014/21 (Processo nº 0643/21). Foi aprovada a Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto

de Lei do Executivo nº 014/21. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 014/21. Em votação, foi aprovado o Requerimento nº 197/21 (Processo nº 0677/21). Em discussão geral e votação, esteve o Projeto de Lei do Legislativo nº 145/21 (Processo nº 0377/21), o qual, após ser discutido por José Freitas, Roberto Robaina, Moisés Barboza, Aírto Ferronato, Mônica Leal, Cassiá Carpes, Aldacir Oliboni, Mauro Pinheiro, Pedro Ruas e Juan Savedra, teve sua votação adiada por uma sessão, a requerimento, aprovado, de autoria de José Freitas. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e dez minutos às dezessete horas e onze minutos. Na oportunidade, foram apregoadas as seguintes emendas e subemenda ao Projeto de Lei do Executivo nº 145/21: Emendas nºs 09 e 10, assinadas por José Freitas; Subemenda nº 01, assinada por Mari Pimentel, à Emenda nº 09; Emendas nºs 11 e 13, assinadas por Bruna Rodrigues; Emendas nºs 12 e 14, assinadas por Claudio Janta. Também, foram aprovados requerimentos de autoria de José Freitas, Mari Pimentel, Bruna Rodrigues e Claudio Janta, solicitando que essas emendas e subemenda fossem dispensadas do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi aprovado requerimento de autoria de Mari Pimentel, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 172/17 (Processo nº 1505/17). Foi aprovado requerimento de autoria de Jonas Reis, solicitando o adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 134/19 (Processo nº 0287/19). Em votação, foi rejeitado o Requerimento nº 213/21 (Processo nº 0767/21), por ONZE VOTOS SIM e DEZESSEIS VOTOS NÃO, tendo votado sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Jonas Reis, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Roberto Robaina e Vitória Cabreira e votado não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, José Freitas, Juan Savedra, Marcelo Lira, Mari Pimentel, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Às dezessete horas e vinte e três minutos, a Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Resolução nºs 027 e 031/21; em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Executivo nºs 012 e 015/21, este discutido por Vitória Cabreira, Jonas Reis, Karen Santos e Jessé Sangalli. Na oportunidade, foi aprovado requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia para a próxima sessão. Durante a sessão, foram registradas as presenças dos deputados Fábio Ostermann e Giuseppe Riesgo. Às dezessete horas e cinquenta e oito minutos, nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim, Hamilton Sossmeier e Comandante Nádia. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Boa tarde a todos. Solicito que o diretor legislativo proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e sete Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras presentes.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Há quórum.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** O Ver. Felipe Camozzato solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 9 a 13 de agosto de 2021. A Mesa declara empossado o Ver. Juan Savedra, nos termos regimentais, em razão da impossibilidade de o suplente Tiago José Albrecht assumir a vereança, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

O Ver. Claudio Janta solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 9 a 13 de agosto de 2021.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** A Mesa declara empossado o Ver. Marcelo Lira, nos termos regimentais, em razão da impossibilidade de os suplentes Lisandro Zwiernik, Antonio Carlos Souza de Lima, Sandro Marcelo Besson, Evaldir Santos Ramalho, Pedro Sergio Correa da Silva, Alex Sandro Nunes da Rosa, Edson Strogulski, Marcelo Felipe dos Santos Correa, Bernadete Senna, Marcio de Matos Barcelos, Paulo Ricardo da Silva Schuster e Sezefredo da Silva Cordeiro em assumirem a vereança, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

A Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 9 a 11 de agosto de 2021.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** A Mesa declara empossado o Ver.<sup>a</sup> Vitória Cabreira, nos termos regimentais, em razão da impossibilidade de os suplentes Giovani e Coletivo, Dilce Abgail Rodrigues Pereira, Luciane Pereira da Silva e Erick Dênil Machado Pimentel em assumirem a vereança, que integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude – CECE.

Informamos que se encontram presentes no plenário os suplentes Juan Savedra, Marcelo Lira e Vitória Cabreira, que já procederam à entrega à Mesa de seus diplomas e de suas declarações públicas de bens e suas indicações de nomes parlamentares.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Juan Savedra prestará a seguir.

**SUPLENTE JUAN SAVEDRA (NOVO):** “Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo.” (Palmas.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Marcelo Lira prestará a seguir.

**SUPLENTE MARCELO LIRA (SD):** “Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo.” (Palmas.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Vitória Cabreira prestará a seguir.

**SUPLENTE VITÓRIA CABREIRA (PCdoB):** “Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo.” (Palmas.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Declaro empossado o Ver. Juan Savedra. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Juan Savedra, V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

Declaro empossado o Ver. Marcelo Lira. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Marcelo Lira, V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça - CCJ.

Declaro empossada a Ver<sup>a</sup>. Vitória Cabrera. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Ver.<sup>a</sup> Vitória Cabrera, V. Exa. integrará a Comissão de Educação, Cultura e Esportes e Juventude–CECE.

O Ver. Juan Savedra está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

**VEREADOR JUAN SAVEDRA (NOVO):** Saúdo o Presidente Cecchim, o Dep. Fábio Ostermann, Presidente da Frente Parlamentar de Combate aos Privilégios na Assembleia Legislativa; o Dep. Giuseppe Riesgo, Líder da Bancada do Partido Novo na Assembleia Legislativa, os vereadores e vereadoras e a assistência. Em primeiro lugar, meu agradecimento a Deus e aos orixás por este momento. Agradeço, também, à

bancada do Partido Novo pela oportunidade de assumir o mandato num ano legislativo tão importante, numa legislatura que já aprovou projetos muitos relevantes para o Município, como a reforma da previdência municipal, a desestatização da Procempa, o RecuperaPOA e o Programa Creative. Também, não posso deixar de me dirigir aos mais de 2.907 votos que recebi em 2020, pessoas que depositaram sua confiança em mim e no Partido Novo, permitindo que esse momento pudesse acontecer; a todos vocês o meu muito obrigado, saibam que vocês contribuíram para que nós aumentássemos a nossa bancada. Desde o fim das eleições do ano passado, tenho trabalhado, com a nossa bancada, junto ao nosso líder, Ver. Felipe Camozzato e, especialmente, à Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, por uma Porto Alegre com mais oportunidades, a partir de uma educação de qualidade e com o foco nos alunos e não nas corporações, por uma cidade mais livre e que seja capaz de atrair investimentos e não mais exportar seus talentos. Tenho muito orgulho de ser o primeiro vereador LGBT a ter concorrido pelo Novo e de ter a oportunidade de exercer o mandato. Sei da importância desse momento, pois muitos LGBTs não se sentem representados na Câmara de Vereadores. Não digo isso na representação de sua sexualidade, até porque respeito e entendo o esforço da bancada, hoje aqui presente, mas na visão de mundo mesmo. Nem todo LGBT é de esquerda e nem todos acreditam em soluções através do Estado. Essa Casa ainda tem muitos desafios pela frente: a privatização da Carris, a busca por alternativas para o sistema de transporte que hoje se encontra colapsado, o debate sobre o Plano Diretor, dentre tantas outras pautas. Orgulho-me de fazer parte de um partido que me permite absoluta certeza de que, independentemente de quem estiver exercendo o mandato, agirá sempre em favor da cidade, dos direitos difusos, em favor das pessoas. Também não posso deixar de aproveitar esse momento para falar a respeito de tudo o que tem acontecido no nosso País. A inflação voltou a dar as caras e têm corroído o poder de compras dos mais pobres; as constantes ameaças às instituições e ao processo eleitoral atentam contra a democracia, custosamente reconquistada; o ataque e o desmantelamento da Lava Jato, somado ao enfraquecimento do combate à corrupção, deixaram livres aqueles que assaltaram os nossos bolsos. Precisamos devolver o Brasil aos brasileiros, ao povo que trabalha, que estuda, que corre atrás de seus sonhos e que quer viver num país com estabilidade democrática, com instituições sólidas, sem ter o seu dinheiro utilizado para financiar campanhas eleitorais ou partidos políticos, sem estar submetido ao sistema eleitoral, como o distritão, que não privilegia a representatividade, mas o patrimonialismo e o clientelismo, algo que precisamos deixar no passado da nossa história. Nós merecemos um país que respeite os indivíduos, que respeite os seus cidadãos pelo que são, que respeite suas condições e escolhas pessoais, um Brasil que respeite o dinheiro do pagador de impostos, seja ele trabalhador ou empreendedor, que também é o trabalhador e que gera emprego, renda e agrega valor. Um País que tenha como prioridade a educação focada nos alunos, especialmente aquela sob a responsabilidade dos municípios, a educação básica, pois somente por meio da educação seremos capazes de proporcionar às novas gerações a sua emancipação enquanto indivíduos. Para que esse Brasil seja possível, para um Brasil sem

supersalários, sem privilégios, sem centenas de estatais, sem corrupção, sem Lula e sem Bolsonaro, contém comigo.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, Ver. Juan Savedra. Gostaria de registrar a presença dos Deputados Fábio Ostermann e Giuseppe Riesgo que prestigiam a posse do Vereador. O Ver. Marcelo Lira está com a palavra nos termos do art. 12 do Regimento.

**VEREADOR MARCELO LIRA (SD):** Sr. Presidente Idenir Cecchim, colegas vereadores e vereadoras, público que está nos assistindo pelas redes e pela TV Câmara, familiares presentes, em nome da minha mãe Terezinha, saúdo a todos. À minha esposa e ao meu filho, que sempre estão ao meu lado me dando todo suporte, e aos meus filhos de religião, que sempre estão ao meu lado nesta caminhada, agradeço. Gostaria de agradecer a oportunidade dada pelo meu Partido Solidariedade, na pessoa do nosso Presidente Estadual Ver. Cláudio Janta, por oportunizar esse espaço na vereança, neste período. Agradeço aos meus eleitores que confiaram e confiam no meu trabalho em defesa das nossas bandeiras. Saúdo o povo de matriz africana, umbandistas e quimbandeiros. Fico muito feliz e realizado, pois nessa semana, no dia 12 de agosto, no calendário dos eventos na cidade de Porto Alegre, temos o dia de Seu Sete da Lira, que é o meu mentor espiritual. A Quimbanda está em festa, pois mais um grande passo foi dado nesses dias. E assim seguiremos trabalhando. Peço a benção de meu pai Oxalá e que tenhamos uma semana produtiva. O meu muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Vitória Cabreira está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

**VEREADORA VITÓRIA CABREIRA (PCdoB):** Boa tarde a todos e todas. Quero, inicialmente, saudar a todos os colegas vereadores e vereadoras aqui presente. Em nome da vereadora licenciada Daiana, que aqui represento, da Ver.<sup>a</sup> Bruna e, em especial, em nome daqueles que sempre demonstraram estar ao lado dos estudantes, da juventude, das mulheres e do povo porto-alegrense, saúdo a todos; saúdo também os funcionários da Câmara. Gostaria de cumprimentar a todas e todos que puderam estar comigo neste momento tão especial. Essa vitória é de todos nós. Também cumprimento os que nos assistem pela TV Câmara, pelas redes sociais e pelas galerias desta Casa. Gostaria de agradecer as 1.651 pessoas que confiaram e depositaram o seu voto no nosso projeto, além de toda militância da Juventude Pátria Livre que, além de ter confiado no meu nome para nos representar, estão diariamente ao meu lado. Agradeço à Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos que me cedeu esse espaço, no mês do estudante, ao meu partido, o PCdoB, na pessoa da nossa Presidenta Nacional Luciana Santos, à

camarada Manuela D'Ávila, a todos e todas que foram candidatas nossa chapa, na figura do ex-vereador, desta Casa, Hélio Corbellini que recentemente nos deixou.

Eu me chamo Vitória Cabreira, tenho 21 anos e hoje assumo como a vereadora mais jovem da história da nossa cidade. Vários dos vereadores aqui presentes me conhecem, já que, nos últimos anos, presidi o grêmio estudantil do Parobé e a UMESPA – União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre. Por isso, muitos foram os encontros, nem sempre ao mesmo lado, pois estar no movimento estudantil significa lutar com coragem pelos direitos dos estudantes e do povo brasileiro. Resgato o momento em que ocupamos este plenário e diversas comissões para defender os direitos dos estudantes dos cruéis ataques ao meio-passe estudantil. Destaco que o diálogo com vereadores e vereadoras foi decisivo para garantir que o meio-passe seguisse sendo essa ferramenta decisiva de acesso e permanência de milhares de estudantes nas salas de aula. O Brasil amarga a triste marca de mais de 560 mil mortes por uma doença que já tem vacina, fruto do negacionismo e das ações corruptas do governo Bolsonaro. A vida do povo foi utilizada como moeda de troca para se receber propina. O nosso País afunda na crise econômica com mais de 75 milhões no desemprego, no subemprego e de desalentados; só no período da pandemia, 377 empregos foram perdidos por hora. O projeto entreguista de BolsoGuedes devolveu Brasil ao mapa da Fome. Hoje, são mais de 125 milhões de brasileiros que não sabem se poderão fazer a próxima refeição. Por todas essas atrocidades é que precisamos unir o Brasil em uma grande frente ampla em defesa da vida, da democracia e dos nossos direitos. No ano passado, mais de 4 milhões de estudantes abandonaram os estudos e, enquanto isso, Bolsonaro sufoca a educação com mais cortes no orçamento, vetou o PL da conectividade que garantiria acesso à internet aos estudantes das escolas públicas brasileiras. Porto Alegre sofre os resultados desta crise; nossa cidade tem hoje a terceira cesta básica mais cara do País e ostentamos a passagem de ônibus mais cara entre as capitais. É nessa realidade que fomos surpreendidos com o projeto apresentado pelo Executivo que ataca o direito a TRI Escolar, obrigando a comprovação de renda, inclusive pelos estudantes de escola pública, bolsistas, prounistas, burocratizando, para limitar o acesso a um direito histórico, contribuindo para evasão escolar. O projeto prevê também retirar os direitos dos Estudantes do EJA, dos cursos profissionalizantes, dos pré-vestibulares, dos pós-graduações, mestrados, doutorados e, também, dos Estudantes que residem fora de Porto Alegre, mas aqui estudam. Retiram os mecanismos de controle das entidades, um ataque direto à organização e à autonomia do movimento estudantil. Também exclui o direito de usarmos o nosso TRI Escolar aos domingos e feriados. São tempos difíceis para os estudantes e, também, para as mulheres. Por isso, fundei um projeto Sobre Nós, construído por dezenas de mulheres que atuam através de uma rede de solidariedade, buscando atender mulheres em situação de vulnerabilidade para combater a pobreza menstrual, considerando que uma a cada quatro meninas já faltou à aula por falta de produtos de higiene. Hoje, o coordeno a JPL, em Porto Alegre, porque acredito que a luta se faz no coletivo e com organização. Acreditamos em um Brasil independente, democrático e justo no qual a juventude realize suas aspirações e capacidade. Colegas, a política corrupta,

negacionismo e entreguista de Bolsonaro faz com que ele ostente uma rejeição de 56% entre as mulheres e de 76% entre a população jovens de 16 a 24 anos. Eu gostaria de convidar a cada jovem que me assiste agora, porque nós somos milhões, nessa faixa etária, em todo o país, e a nossa participação é decisiva para tirarmos o País das mãos do obscurantismo e devolvê-lo aos brasileiros. Faça o seu título de eleitor. O nosso voto é a nossa arma. A nossa posse pertence a todos aqueles que vão às ruas, a exemplo do 24J e que retornarão às ruas no próximo dia do estudante para denunciar as mazelas que assombram o nosso País, que não se calam frente às injustiças, que fazem política por amor e que lutam por um projeto nacional de desenvolvimento, por uma educação pública de qualidade, por um Brasil politicamente independente, socialmente justo, livre do fascismo, do racismo, do machismo e da LGBTfobia e profundamente democrático. Para concluir, é nosso dever reencantar as pessoas com a política, fortalecer as instituições, combater o ódio, as mentiras e as fake news. Ocuparemos as ruas a cada ameaça de ataque aos direitos dos estudantes e do povo.

Essa posse é de todos e todas que lutam pelo bom, pelo justo e pelo melhor do mundo. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Convido a secretária Janaína a fazer parte da Mesa.

**VEREADOR JONAS REIS (PT) (Requerimento):** Ver. Idenir Cecchim, presidindo esta sessão, eu quero, neste momento difícil para nós, militantes sociais, prestar condolências pelo falecimento do querido Gerson Fortuna. Foi um militante que ajudou muito, muito, muito nas trincheiras do Partido dos Trabalhadores, ajudou muito no Programa Luz para Todos, lá no Ministério de Minas e Energia. Engenheiro civil de formação, 57 anos, nos deixou de forma trágica, então eu queria solicitar a esta Casa um minuto de silêncio.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado. Incluo-me nessa manifestação, levando um abraço ao Getúlio, irmão do finado.

**VEREADORA LAURA SITO (PT) (Requerimento):** Boa tarde, Presidente Cecchim. Eu queria também incluir no pedido um minuto de silêncio pelo falecimento do Alexandre Rocha, professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na data de hoje.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Passamos à

### **TRIBUNA POPULAR**

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação Gaúcha de Apoio às Altas Habilidades/Superdotação, que tratará de assunto relativo à importância da conscientização sobre altas habilidades/superdotação. A Sra. Lexandra Rodrigues, Presidente, usará a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

Convidamos a fazer parte da Mesa Marquinho Lang, Guilherme Rodrigues e Lexandra Rodrigues. A Sra. Lexandra Rodrigues está com a palavra.

**SRA. LEXANDRA RODRIGUES:** Boa tarde a todos os presentes; boa tarde, Sr. Presidente da Mesa, secretária de educação do Município de Porto Alegre, Sr. Marquinho Lang, Presidente da FADERS. Saúdo o Ver. Alvoní Medina, representante da nossa Frente Parlamentar de Defesa das Pessoas com Altas Habilidades/Superdotação, boa tarde a todos os presentes. A Associação Gaúcha de Apoio às Altas Habilidades/Superdotação é uma organização não governamental, criada em outubro de 1981, com o objetivo de lutar pelos direitos das pessoas com altas habilidades/superdotação, sendo integrada por pais, profissionais da área de educação, pessoas interessadas no tema, pesquisadoras e pelas próprias pessoas com altas habilidades/superdotação. Temos como prioridade básica a luta pelos direitos das pessoas com altas habilidades/superdotação, buscando melhorias nas políticas públicas, procurando contribuir com as famílias, educadores e com a sociedade em geral para que possam reconhecer, compreender e valorizar esse público. Eu poderia me pronunciar aqui por muito mais tempo e falar sobre as altas habilidades/superdotação e sobre a necessidade que todos esses alunos presentes em sala de aula necessitam: de apoio, de recursos e que tenham os seus direitos garantidos, mas eu passo a fala para quem é de direito, para a própria pessoa com altas habilidades/superdotação: Guilherme da Silva Rodrigues. Por favor, Guilherme.

(Não revisado pela oradora.)

**SR. GUILHERME DA SILVA RODRIGUES:** Boa tarde, prezados senhoras e senhores aqui presentes. Meu nome é Guilherme da Silva Rodrigues, tenho 16 anos, sou um alto habilidoso/superdotado, e atualmente eu estou cursando, por meio de aceleração, o 3º ano do ensino médio. Estou aqui representando todo os superdotados/alto habilidosos justamente para, pelo menos, termos uma voz. Bem, no Brasil, as pessoas com altas habilidades/superdotação constituem um grupo que é pouco compreendido e negligenciado, em torno de seis milhões de pessoas. Existem poucos programas direcionados para atender as suas necessidades e favorecer o seu desenvolvimento. Da mesma forma que a instituição escolar não está devidamente preparada para maximizar o potencial de aprendizagem e adaptabilidade de alunos que apresentam atraso em seu desenvolvimento, o mesmo ocorre com relação àqueles que

se destacam por apresentarem um potencial superior, que possuem inteligência ou criatividade elevada, independente desses apresentarem algum tipo de deficiência ou não. Observa-se inclusive resistência à implementação de um atendimento diferenciado, fruto de uma série de ideias falsas sobre o educando com altas habilidades. Embora a lei brasileira de diretrizes e bases da educação estabeleça que a educação especial seja destinada a pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, inclusive nessa as altas habilidades, pouco caminhamos para que essa lei seja efetivada com sucesso, fazendo com que as pessoas alto habilidosas ainda enfrentem grandes dificuldades no que diz respeito à sua identificação e atendimento. Um dos fatores que mais contribui para o não reconhecimento das altas habilidades são os preconceitos advindos da falta de informação, que colaboram para que a pessoa alto habilidosa não receba atendimento para identificação e estimulação, não desenvolvendo, assim, a sua identidade, tampouco as suas habilidades. O desconhecimento por parte das famílias e dos professores é um dos obstáculos que faz com que esse atendimento não seja efetivado. Isso também reverbera em outros atendimentos essenciais, como a assistência social, saúde, entre outros. É necessário que a sociedade e as famílias tenham conhecimento dos direitos que a criança com altas habilidades/superdotação tem e do amparo legal que a lei lhes oportuniza. Diferente de outros alunos com necessidades educacionais especiais, esses estudantes não precisam ter garantido o ingresso à escola, pois sempre estiveram lá, embora não tenham sido atendidos quantitativamente nem qualitativamente, o que os tem privado da permanência e do progresso bem-sucedido na escola. Em suma, o trabalho conjunto entre família, escola e sociedade deve ser encarado como uma parceria importante para que se possa, a partir de um ponto de vista comum, perceber a necessidade de possíveis mudanças, valorizando os alunos com altas habilidades/superdotação. Apesar de termos uma evolução, ao longo dos anos, das políticas públicas para o atendimento de pessoas com altas habilidades/superdotação, verifica-se que os estudantes não estão sendo atendidos adequadamente, pois a inclusão traz questionamentos quanto à formação do professor e a estruturação das escolas. Para que a pessoa alto habilidosa seja reconhecida e respeitada em nossa sociedade, tendo acesso aos seus direitos básicos é preciso desenvolver um olhar mais humano e buscar por ações políticas de suporte, precisamos de escolas mais preparadas, educadores bem informados, profissionais mais qualificados, famílias mais amparadas e de uma sociedade que compreenda que cada ser humano é único. É preciso combater a falta de informação, o descaso e o preconceito que tornam o público alto habilidoso invisível. Assim, fica claro que é preciso trabalhar cada vez mais para a efetivação do atendimento aos estudantes com altas habilidades/superdotação, visando um ensino de qualidade. Nesses últimos anos a Associação Gaúcha de Apoio às Altas Habilidades/Superdotação conseguiu algumas conquistas significativas, tanto na história do Estado quanto do País mesmo, na questão do direito das pessoas com altas habilidades, como a criação da frente parlamentar em defesa dos direitos da pessoa alta habilidosa/superdotada, e logo após a efetivação do projeto de lei que institui o Agosto Laranja, mês comemorativo da superdotação, e também a lei das altas habilidades/superdotação na cidade de Porto Alegre, que está reproduzida em outros

municípios do nosso Estado. Também estamos em andamento com a comissão que está desenvolvendo o plano decenal dos direitos humanos da pessoa com altas habilidades/superdotação do Estado do Rio Grande do Sul, que tem por objetivo estabelecer uma política estadual para 10 anos visando a efetivação dos direitos da pessoa com altas habilidades/superdotação e a melhoria real de suas condições de vida. Por esses motivos, contamos com o apoio de vossas senhorias para que juntos caminhemos em direção a uma vida mais inclusiva, igualitária e com mais oportunidades para que possamos sair da invisibilidade que afoga o público alto habilidoso. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**SRA. LEXANDRA RODRIGUES:** Gostaríamos de convidar todos os presentes para estarem conosco no lançamento do Agosto Laranja, amanhã. Teremos uma exposição na Pinacoteca de Porto Alegre, sala Aldo Locatelli. Muito obrigada.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Quero agradecer à Lexandra Gomes e ao Guilherme Rodrigues, que deram uma demonstração, principalmente o Guilherme, com 16 anos chamando a atenção dos adultos. É importante o que estamos falando hoje aqui. Quero agradecer ao deputado Marquinho Lang, meu amigo, por estar aqui, à secretária Janaína... Não vi se a Marilu Mourão estava por aqui, mas deixo minha saudação a ela também, que cuida deste assunto.

O vereador Jessé Sangalli está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, e, após, prossegue em Comunicação de Líder.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania):** Vou tentar ser breve. Aluno Guilherme, um garoto superdotado que falou sobre as deficiências da nossa escola e sobre este tema que sou não conhecedor ideológico ou técnico, mas alguém que viveu na prática esse problema e posso dizer com autoridade que eu sou contra a educação inclusiva. O que é educação inclusiva? É um nome bonito que o governo dá para colocar crianças especiais na escola normal, jogando, literalmente, elas junto com outras crianças de modo a retirar esses custos da escola especial. Eu sei porque tem uma pessoa parente minha que é estudante especial, não superdotada, mas especial, e nós, durante toda a nossa infância, sofremos com essa política trazida na época pelo PT, que visava economizar o dinheiro que ia para as escolas especiais e na prática se traduzia no contrário do que era a intenção, que era justamente acolher essas crianças. Na prática, o que acontecia é que essas crianças sofriam preconceito porque o contexto do colégio tradicional não conseguia acolhê-la, nem acolher a família; as crianças que estavam recebendo a presença das crianças especiais não conseguiam interagir de maneira adequada, então essa criança sofria *bullying* e ao invés de ser acolhida, na prática acabava sendo prejudicada e recebendo preconceito. Neste sentido, sou a favor das escolas especiais, e nem tinha me dado conta, sou a favor de turmas, no mínimo para pessoas superdotadas, para que a capacidade delas consiga ser extraída ao máximo.

Hoje, no Brasil todo, crianças vão de mãos dadas, esperando que as crianças de menor capacidade cognitiva consigam acompanhar. Na prática, nós acabamos prejudicando a todos, tanto a criança especial, quanto aqueles que já conseguiram compreender a matéria, e a longo prazo isso acaba prejudicando todo nosso País. Lembro, no passado, quando os tigres asiáticos estavam em ascensão – ainda continuam crescendo muito fortemente –, a política deles era: vamos dar ferramentas e conseguir entregar maiores condições de aprendizado para aqueles que têm maior capacidade, porque esses indivíduos vão conseguir gerar valor, gerar produtos, e fazer uma sociedade melhor inclusive para aqueles seres humanos que não possuem tais habilidades. No Brasil, infelizmente, a política de esperar todos tem conseguido fazer com que toda a nossa comunidade escolar sofra com o não avanço na medida adequada que poderia ser dada. Então parabênzo nosso estudante que tem supercapacidade, foi muito bem-feita esta colocação aqui no sentido de que essas crianças e adolescentes precisam ter a sua potencialidade extraída ao máximo, e por experiência própria – espero que os outros vereadores me compreendem bem não falem besteiras – eu sei que a educação inclusiva como foi feita hoje no Brasil, só serviu para economizar dinheiro do governo com aquelas crianças especiais.

Eu gostaria de explicar de maneira mais pormenorizada: na minha infância, eu levava uma pessoa da minha família diariamente para um colégio especial na Intercap, na cidade de Porto Alegre. Aquele colégio recebia crianças com diversas deficiências, alguns mentais, alguns físicos, alguns de outras patologias que são de atraso no desenvolvimento, e era uma sensação difícil para nós que levávamos as nossas crianças para aquela situação, para aquela condição, porque nós víamos as dificuldades que os nossos parentes tinham, nós víamos as dificuldades que os professores tinham de acolher essas crianças, nós víamos os outros pais constrangidos com algum tipo de dificuldade de lidar naquela situação, mas uma coisa que tinha naquela situação era que todos se compreendiam: as crianças entendiam as dificuldades de outras crianças porque elas próprias tinham dificuldades; os pais compreendiam os outros pais porque eles próprios tinham dificuldades semelhantes; os professores eram treinados para acolher as crianças com dificuldade. Depois foi feito um tal de sistema de educação inclusiva que retirou essas crianças do ambiente que sabia acolher e as depositou de maneira descentralizada nas escolas onde o professor não é capacitado para atendê-la, os estudantes não entendem a condição dela, os outros pais não conseguem entender a dificuldade, e na prática – eu vivi isso, eu tenho autoridade para falar isso – essas crianças sofrem muito mais preconceito do que sofriam quando eram direcionadas a um colégio especial. Vejo algumas pessoas dizendo não com a cabeça: eu espero que vocês não tenham irmãos ou parentes na condição de deficiente físico ou mental. Estou falando aqui na condição de alguém que viveu isso e viu o constrangimento dos pais, viu a dificuldade das crianças, viu a dificuldade dos professores e viu que aquele ambiente que era para ser acolhedor, colocando essas crianças no ambiente tradicional, na prática se reverteu em mais *bullying* e mais preconceito. Então eu entendo que essa prática de trazer as crianças especiais para um ambiente de escolas ditas normais mais trouxe prejuízos, e foi uma política trazida com a intenção de reduzir o custo gasto com

a educação especial. Este é o meu entendimento, o entendimento de alguém que tem parente nesta condição e viveu isso na transição. Eu vivi a escola especial e eu vivi a escola normal com um parente especial, e eu vi que, infelizmente, porque todos nós queríamos que fosse melhor, isso não funciona. Eu tenho aqui o grande testemunho de alguém que é uma autoridade no assunto, que é o diretor-presidente da Kinder. Eu perguntei ao diretor-presidente da Kinder se ele achava que a educação especial funcionava, não funcionava, se ela era boa ou ruim para o nosso país, e o diretor-presidente da Kinder disse: "Infelizmente a educação inclusiva não deu certo em nenhum lugar em que foi implementada, e por isso eu acho que ela tem que ser revista". Então se vocês querem opinião de uma autoridade, perguntem ao diretor-presidente da Kinder o que ele acha da educação inclusiva. Eu sou contra a educação inclusiva porque é só um nome bonito. Na prática, a educação inclusiva é colocar crianças especiais em um ambiente onde essas crianças não são acolhidas. Essas crianças precisam, como foi dito aqui pelo nosso aluno superdotado, de um ambiente que consiga compreender suas dificuldades e que entregue para ela o que ela precisa e não só palavras bonitas ao vento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ALVONI MEDINA (REP):** Boa tarde a todos a todos, boa tarde ao nosso Presidente Cecchim, boa tarde também a nossa secretaria da educação Janaína, nosso presidente Marquinho Lang da Faders Acessibilidade e Inclusão e também da Lexandra Gomes e o nosso querido amigo Guilherme. Quero parabenizar à Lexandra, presidente da Associação Gaúcha de Apoio às Altas Habilidades/Superdotação. Em 2019, me somei a esta luta e sigo até hoje unindo forças para garantir o direito das pessoas com altas habilidades e superdotação. Também agradeço todo o grupo técnico que se uniu à frente parlamentar e construiu as atividades do Agosto Laranja que se inicia hoje em Porto Alegre. Pensando nisso, em 2019 instalei na Câmara de Vereadores de Porto Alegre a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Crianças com Altas Habilidades e Superdotação com o objetivo de estabelecer uma discussão e criação de políticas públicas para a identificação desta parcela da população, a fim de ampliar o atendimento nos aspectos emocionais e pedagógicos, seja pelos profissionais de educação, alunos ou familiares. É de extrema importância lutar por alternativas que contemplem os direitos dessas pessoas. Por isso, em 2020, foi criada a Lei n.º 12.815/21, de minha autoria, que instituiu a política municipal de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva e o atendimento especializado dos estudantes identificados com altas habilidades e superdotação aqui na cidade de Porto Alegre. De rede pública de ensino, acesso ao ambiente escolar totalmente favorável ao desenvolvimento de suas habilidades, com atendimento educacional especializado. E também para marcar a relevância do tema foram instituídos, em Porto

Alegre, o Dia Municipal das Pessoas com Altas Habilidades e Superdotação e o Agosto Laranja, mês de informação e conscientização sobre altas habilidades e superdotação, por meio da Lei n.º 12.727, de 17 de outubro de 2012. Pela primeira vez, pela primeira vez, a Capital dos Gaúchos realizará o Agosto Laranja, com atividades que permitam a promoção de ações socioeducativas em favor do reconhecimento do desenvolvimento das pessoas com altas habilidades e superdotação, ampliando a conscientização do respeito às diferenças com enfrentamento de estigmas e preconceitos, principalmente, dentro das escolas. Participe, vem com a gente! Amanhã, como a Lexandra falou, vamos ter a abertura, a partir das 10h. Convido todos que estão nos assistindo através da TV Câmara, todos os participantes aqui presentes, para a exposição “Um olhar sobre a superdotação”, que acontece de 10 a 13 de agosto na Pinacoteca Aldo Locatelli – Praça Montevideu nº 10, em Porto Alegre. A nossa secretária Janaína Audino, com certeza, estará conosco, como também o secretário Cassio Trogildo estará juntamente conosco para dar o pontapé inicial e mostrar a importância, Lexandra, sobre esse tema, que eu me deparei quando o Guilherme trouxe, quando você veio, a gente se identificou – né, Guilherme –, e a gente vê realmente como é importante ter uma Frente Parlamentar, principalmente, aqui na nossa Casa, chamada Casa do Povo, para que essas pessoas, elas possam entender que elas têm alguém, que elas têm uma porta, onde possam buscar alternativas para que possam realmente exercer com mais dignidade as suas funções dentro da escola. Parabênzo você e a todos um grande abraço, que Deus abençoe.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. José Freitas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP):** Boa tarde a todos, boa tarde, Presidente, Ver. Idenir Cecchim, a nossa secretária Janaína Audino, da Educação, Dep. Marquinho Lang, presidente da FADERS, obrigado pela presença, Lexandra Rodrigues, presidente da Associação Gaúcha de Apoio às Altas Habilidades e Superdotação, Agaahsd, principalmente, ao aluno Guilherme, parabéns pela sua explanação aqui, Ver. Alvoni, parabéns pela iniciativa, pelo projeto Agosto Laranja; é fundamental, Ver. Alvoni, para nós, em todo mês de agosto de cada ano, a gente estará discutindo políticas públicas, para que os alunos com altas habilidades e superdotados venham a ser melhor atendidos na cidade. Esse é um momento importante de reflexão, porque é um problema que, na verdade, passa despercebido – eu, particularmente, fiquei sabendo do tamanho do problema através do Ver. Alvoni Medina – por muitos, então, é fundamental discutirmos políticas públicas para essa área, para que todos alunos sejam melhor atendidos na nossa capital. Desejo aqui vida longa, Lexandra, à Associação, conte com essa Câmara de Vereadores, pode constar com nosso gabinete, saúde a todos, que Deus continue abençoando o trabalho de vocês. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Agradecemos a presença do Sra. Lexandra Rodrigues, presidente da Associação Gaúcha de Apoio às Altas Habilidades e Superdotação. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h21min.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h22min:** Estão reabertos os trabalhos.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Obrigado, Presidente, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, eu quero prestar uma homenagem à Associação pelo trabalho esplendoroso, essa luta pela inclusão, ela é fundamental. Nós temos que garantir que todos alunos, alunas, nas suas diferenças, que são fantásticas, possam ter no poder público uma mão amiga para que se desenvolvam socialmente naquilo que é preciso. Um povo bem desenvolvido, cada sujeito sendo abraçado na sua condição, para o crescimento da sociedade como um todo. Eu, como professor, sou conhecedor dessa luta da Associação, dessa luta pela inclusão em todos os sentidos. Parabéns pela devida homenagem, um grande abraço ao nosso aluno Guilherme e também a Lexandra. Obrigado.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Esta presidência faz um requerimento para que seja transferido o Grande Expediente. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, em votação simbólica.

Esta presidência faz um requerimento de inversão dos trabalhos para que possamos entrar no Período de Comunicações antes da Ordem do Dia. (Pausa.) Os vereadores que a provavam permaneçam se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, em votação simbólica.

Passamos às

## **COMUNICAÇÕES**

Passamos à homenagem ao transcurso dos 43 anos do Movimento Negro Unificado, nos termos do Requerimento n.º 172/21, de autoria do Ver. Matheus Gomes. O Ver. Matheus Gomes está com a palavra em Comunicações.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Boa tarde, a todos e todas, Presidente, Ver. Idenir Cecchim, cumprimento também o público presente nas galerias, o público que nos assiste através da TV Câmara e das redes sociais; este Período de Comunicações é dedicado aos 43 anos de existência e organização do Movimento

Negro Unificado, uma das principais entidades do Movimento Negro do nosso País, e é uma honra para mim, como vereador em primeiro mandato, também representando a bancada negra de Porto Alegre, poder fazer essa homenagem e trazer a esta tribuna a representação do Movimento Negro Unificado para dialogar sobre o combate ao racismo no nosso país. Está aqui o nosso coordenador geral, Felipe Teixeira; a Ver. Reginete Bispo, também filiada ao Movimento Negro Unificado; Antônio Matos, ex-vereador desta Casa, liderança histórica, do Campo da Tuca de Porto Alegre; e eu gostaria de refletir sobre o MNU, primeiramente, pensando na importância para nós, negras e negros, de ter um fio de continuidade da nossa resistência nos dias de hoje. Isso é muito importante para nós, porque a presença negra no nosso País começou com um sequestro, ou seja, começou desorganizando completamente, do ponto de vista psicológico, familiar, social e político, a população negra que desde o século XVI veio até este País. Ao longo de séculos, de décadas, nós fomos impedidos de ter a representação organizada do nosso povo com plenos direitos. Isso também ocorreu no período pós-abolição, Ver. Pedro Ruas, quando a Frente Negra Brasileira, maior organização política que o povo negro já construiu no nosso País, foi fechada pela ditadura do estado novo.

Posteriormente, mesmo que a Lei Afonso Arinos tenha sido promulgada no início da década de 1950, veio a ditadura militar, que combinou autoritarismo, superexploração e um falso nacionalismo para silenciar o protesto negro no Brasil. Mas ao longo desse período também foi se acumulando resistência; aqui em Porto Alegre, em 1971, Oliveira Silveira, que foi militante do Movimento Negro Unificado, começa a articular um movimento pela consciência negra, o dia 20 novembro, e começa a reconstrução dos símbolos nacionais, através da figura de Zumbi dos Palmares. Sente-se, no nosso País, também a influência das revoluções que varriam o continente africano, a luta do movimento negro estadunidense pelos direitos civis, dos Panteras Negras, e o Movimento Negro Unificado vai surgir nesse período como uma expressão do fim, da decadência do regime militar. Em 7 de julho de 1978, um protesto na cidade de São Paulo, depois do assassinato do Robson, um jovem negro que foi morto numa delegacia da capital paulista, vem às ruas, é um movimento com três pautas centrais: a luta contra a discriminação racial, contra a opressão policial e militar ao povo negro e por uma verdadeira democracia racial no Brasil.

Apesar da triste atualidade dessas pautas, a história do MNU nos mostra que nós não estamos no mesmo lugar, porque, de lá para cá, a luta foi dura mas também tivemos conquistas importantes, algumas concretas, como as cotas, as ações das afirmativas, vários direitos da classe trabalhadora, da qual o Movimento Negro sempre foi parte em frente às lutas, e outras conquistas no campo subjetivo também da consciência, afinal o Estado brasileiro só foi reconhecer a existência do racismo de maneira formal pela primeira vez em 1995, com dezenas de milhares de negros marchando nas ruas de Brasília num movimento em que o MNU fez parte, naquele momento. Posteriormente a gente viu crescer autoidentificação negra do nosso País, ou seja, o fato de a maioria da população negra brasileira hoje identificar como necessário, na sua luta por sobrevivência e por direitos básicos, afirmar a sua identidade racial

como uma conquista coletiva, como elemento transformador não só individualmente, mas politicamente também, na disputa de poder na nossa sociedade.

Tudo isso aconteceu ao longo das últimas décadas, e o papel do MNU foi muito importante. Atrevo-me a dizer que, se os movimentos sociais como um todo e as direções políticas da classe trabalhadora, especialmente dos partidos de esquerda, tivessem se preocupado em compreender a fundo a estratégia fundadora desse Movimento, a importância, num País fundado sobre as bases da escravidão e do genocídio dos povos negros e indígenas, se isso tivesse acontecido, eu creio que várias das questões que limitaram o movimento político, progressista e democrático no nosso País, especialmente o elemento da conciliação com partidos que sempre sustentaram o racismo, poderíamos estar outro patamar, inclusive, na luta de classes no Brasil, porque a reivindicação do Movimento Negro, a luta antirracista é, como disse recentemente Mano Brown, aquela carta que desestrutura o castelo do poder no nosso País. Isso foi o que nós sempre dissemos ao longo das últimas décadas e que hoje começa a ser entendido de outra forma não só pela nova geração, mas por um segmento amplo da população trabalhadora do nosso País.

O MNU, nesses 43 anos, ao lado de tantas outras organizações negras, de tantos movimentos sociais, foi liderado, em boa parte da sua história, por lideranças negras, principalmente mulheres. Aqui no nosso Estado, para além da Reginete, que está nesta Mesa, há outras tantas que nós poderíamos citar: Sandra Lee, Luiza Bairros, mulheres que construíram este Movimento com muita força, em nível local e nacional, este Movimento ajudou milhões de pessoas a erguer a sua cabeça, a enfrentar a realidade dura da discriminação racial e da desigualdade social no nosso País. Hoje segue cumprindo um papel importantíssimo na derrota do projeto autoritário que tenta se instalar no Brasil também sobre um discurso que renova a falsidade da democracia racial. Aqui no Brasil, negras e negros não só fundaram esta Nação, mas estão na base da desigualdade, por isso precisam estar à frente de um projeto de transformação radical do nosso País, e é isso que nos traz o MNU nesses 43 anos. Muito obrigado, vida longa ao Movimento, meus parabéns, não só enquanto mandato, mas pela bancada negra também, porque foi pela luta de vocês que a gente conseguiu chegar até aqui. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** O Sr. Luiz Felipe de Oliveira Teixeira, coordenador do Movimento Negro Unificado, está com a palavra.

**SR. LUIZ FELIPE DE OLIVEIRA TEIXEIRA:** Boa tarde a todos e todas; em primeiro lugar, quero agradecer ao Ver. Matheus Gomes, à Ver.<sup>a</sup> Reginete Bispo, filiados do nosso MNU, que muito nos honram pela proposição desta homenagem; agradecer ao Presidente Cecchim e aos demais vereadores por terem aprovado essa proposição. Quero dizer, rapidamente, que esses 43 anos não são só uma trajetória de vida, mas uma trajetória de luta pelo povo negro e pelo País, porque

quando se luta em defesa do povo negro, nós estamos lutando pelo nosso País, porque essa é mais da metade da nossa população e o povo negro construiu a história, a cultura e a riqueza do nosso País, com personalidades que ajudaram a construir o Movimento Negro Unificado, como Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, Luiza Bairros e Oliveira Silveira. Agora em novembro completamos 50 anos do 20 de Novembro, que iniciou-se aqui, no grupo Palmares, em Porto Alegre, mas que teve uma ascensão e uma adesão nacional a partir de uma assembleia, de um congresso do MNU, que adotou essa luta para quebrar o mito da nossa abolição da escravidão, que, na verdade, todos sabemos hoje, foi um engodo nacional, porque o Estado brasileiro, antes de abolir a escravização, se preocupou em construir uma legislação que impedia os negros de estarem na sociedade de forma igualitária, aprovando a lei da educação, que proibia os negros de estudarem, que proibia os negros de adquirirem terras, depois os jogou na rua. É importante que a gente saiba que essa luta do Movimento Negro Unificado, que se perpetua, já teve grandes conquistas que precisamos ressaltar neste momento, entre elas foi que ajudou a construir um avanço na Constituição de 1988, quando conseguimos, a partir da luta do MNU e de outras organizações, transformar o racismo em crime. Também foi o MNU que conseguiu, através da organização e da luta, defender na nossa Constituição o reconhecimento das nossas terras quilombolas, das nossas comunidades quilombolas. Avançando nessa luta, a Lei nº 10.639 da educação prevê o estudo da história da cultura da África e da contribuição dos afro-brasileiros para este País.

Nós precisamos entender, no dia de hoje, que esta instituição, a Câmara de Vereadores, a partir desta homenagem, tem o papel constitucional de se incluir na luta contra o racismo, porque lutar contra o racismo não é só defender o povo negro, mas defender a própria sustentabilidade do nosso País, porque um País que exclui da educação, da cultura, dos projetos sociais e do emprego mais da metade da sua população é um País que não vai ter desenvolvimento jamais. E não vamos esquecer: o povo negro construiu este País. Muitas etnias ajudaram a construir nosso País, mas foi o povo negro, com o seu couro arrancado nos grilhões, o seu sangue arrancado no chicote que construiu a riqueza deste País, porque em 1850 o Brasil já era um dos maiores exportadores de produtos agrícolas do mundo, e quem trabalhava era o povo negro abaixo do chicote. Além disso, a sua cultura está presente no nosso dia a dia.

Nós precisamos entender que a luta contra o racismo estrutural do nosso País é um lugar de fala do povo negro, é um lugar de estado do povo negro, mas tem que ser um lugar de luta de todos e todas, inclusive do povo branco, porque não adianta só não ser racista, é preciso ter uma atitude pró-ativa antirracista. Precisamos estar unidos, e o povo branco precisa compreender a necessidade de se engajar nessa luta para que o povo negro ocupe os espaços que são de direito. Assim como temos a bancada negra aqui, nós precisamos não só ter bancada negra, mas ter negras e negros em todos os espaços de poder, especialmente no Ministério Público e no Judiciário, onde vemos ainda uma elite branca masculina tomando conta. Precisamos enegrecer esses espaços para que a gente tenha uma justiça social, uma justiça econômica, para que a gente tenha este País verdadeiramente desenvolvido, pois não vai se desenvolver se não tivermos um protagonismo de respeito ao povo negro, sua história, sua cultura e

ele realmente colocado na sociedade com todos os direitos que merecem pela trajetória que teve.

Obrigado e o Movimento Negro Unificado está à disposição para ajudar a construir esse debate. Para encerrar, queria elogiar a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, que, com o Ver. Matheus Gomes e com o Ver. Bobadra, tem aberto o diálogo para discutir essas questões, especialmente na segurança pública – pois o povo negro é o mais massacrado, os números mostram –, mas não com viés de buscar culpados, mas de buscar soluções para essa exclusão secular do povo negro. Parabens ao Ver. Matheus, a Ver.<sup>a</sup> Reginete e agradeço aos demais vereadores. Obrigado, em nome do Movimento Negro Unificado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, Luís Felipe Teixeira, Coordenador do Movimento Negro Unificado.

A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Boa tarde aos colegas; boa tarde, Presidente, que comanda os trabalhos neste momento, Ver. Cecchim. Eu venho fazer, em nome da Bancada do PCdoB, uma saudação especial ao MNU, essa entidade que tanto nos orgulha, nesses seus 43 anos; eu, que sou uma jovem que chego aqui a partir da primeira bancada negra da história de Porto Alegre, sei, Antônio Matos, Reginete e Luiz, que essa trajetória, que essa estrada foi para pavimentada por vocês. Então, quero fazer aqui o meu agradecimento, enquanto mulher preta, jovem, que sabe da importância da nossa ancestralidade, que sabe da importância dos clubes negros, que sabe também que ao longo desse processo a nossa resistência foi fundamental para que as políticas públicas chegassem ao povo negro, nas nossas periferias. Inclusive, a nossa chegada coletiva tem muito dessa construção, da nossa construção carinhosa, da nossa construção afetuosa e muito resistente. Eu venho aqui, em nome da bancada do PCdoB, eu que tive a honra de dividir esse plenário com uma mulher como a Reginete, uma mulher afetuosa, firme em suas convicções e que nos ensina, e tenho hoje o prazer de fazer uma saudação ao MNU, em nome desta mulher, dessa mulher preta que tanto nos acalenta em dividir um espaço, por muitas vezes hostil à nossa chegada. A gente acaba fazendo uma política diferenciada afetuosa e com base nas nossas convicções, com base do olhar do nosso povo.

Eu tenho 33 anos de vida, o que muitos de vocês têm de história, trajetória e de militância. Então quero, mais uma vez, fazer uma saudação e dizer que eu tenho muito orgulho de estar fazendo parte desta homenagem aqui, porque nós sabemos quantos dos nossos não chegaram e não puderam estar aqui hoje com a gente, parte dos nossos fazem conta, fazem número dentro desses 500 e poucos mil mortos. Nós sabemos que essa pandemia, que essa política negacionista, atingiu, principalmente ao

povo negro das nossas periferias. Então as nossas entidades do Movimento Negro são fundamentais e vida longa ao MNU. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver. Laura Sito está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA LAURA SITO (PT):** Boa tarde, Presidente; boa tarde colegas vereadores. Eu quero saudar os companheiros e companheiras do MNU, na figura do Luiz Felipe, da Reginete, do Antônio Matos, que muito nos orgulham, e acho que nós, enquanto bancada negra ter a presença de vocês aqui e poder estar homenageando os 43 anos do MNU mostra uma materialização de que os nossos passos vêm de muito longe. E se nós estamos aqui é através de muita luta do nosso povo por representação e por justiça. Homenagear o MNU uma organização que se confunde com a luta democrática no Brasil, é algo muito valoroso e que nós devemos registrar com a grandiosidade que merece. O MNU desde 1978 iniciou a sua organização com a luta da Juventude contra o racismo, contra a violência policial, pelo nosso direito no mundo do trabalho, lutas que nós mantemos hoje uma agenda ainda viva, ainda que nós tenhamos vivido anos intensos de políticas públicas sobre os governos populares. Mas de fato, do ponto de vista estrutural, a vida do povo negro brasileiro segue sendo uma vida afetada pelo racismo estrutural e, portanto, vitimada pela violência social presente em nosso Brasil. A nossa luta, acho que o Felipe, coordenador do MNU falou muito bem, não basta não ser racista, numa sociedade racista é preciso ser antirracista e, portanto, a nossa organização, com uma agenda afirmativa de direitos do povo negro se torna fundamental. Sabem que hoje a gente vem aqui fazer essa homenagem num dia onde em Limeira, São Paulo, um jovem negro, mais uma vez, foi vítima de violência, num supermercado, colocado apenas de cueca e filmado para provar que ele não tinha cometido nenhum roubo. São cenas, infelizmente, cotidianas na vida do povo negro deste País, que é a maioria da sua população, mas que não tem a sua cidadania plena garantida em direitos no nosso País. Portanto, a nossa luta por igualdade é uma luta central na construção de um outro país, de um projeto de nação onde o povo, de fato, seja emancipado, com a garantia dos seus direitos e da sua liberdade plena e do seu direito básico, o direito à vida que ao nosso povo negro é negado, diariamente. Portanto, nada mais corrobora com a ideia do quão fundamental é a existência de uma organização como o Movimento Negro Unificado, que muito nos saudou em muitos momentos na Constituinte com a bancada negra, com figuras como Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, entre tantos outros que construíram formulações fundamentais para a disputa e para a construção da igualdade idade no nosso País. Saúdo o Movimento Negro Unificado, é uma alegria a gente poder estar fazendo essa menção na tarde de hoje.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde a todos e todas, eu subo a esta tribuna para saudar os 43 anos do Movimento Negro Unificado. Esse Movimento contribuiu muito para a luta que permite hoje a gente ter essa primeira bancada negra, aqui na cidade de Porto Alegre, tanto pela luta das ações afirmativas, quanto pelo Estatuto da Igualdade Racial, a luta pelos quilombos urbanos. Enfim, uma luta que é a história da minha família, dos meus pais e meus avós, e é muito bonito a gente estar hoje comemorando. Eu queria não só saudar, mas colocar a importância de a gente atualizar as discussões, a necessidade de seguirmos defendendo as nossas bandeiras históricas. Ano que vem, por exemplo, há 10 anos a política de ações afirmativas na UFRGS, isso vai ser uma batalha imensa. Só no meu período de movimento estudantil foram cinco vezes que a gente teve que ocupar aquela universidade para garantir a política com qualidade, e o MNU esteve lá presente. Então é na luta, na batalha, nas ocupações, nas ruas que o movimento se faz fundamental, nesses tempos de ódio, de intolerância, de retrocesso aos nossos direitos. Então não só saudar, mas também fazer essa convocação nos nossos fóruns, nas nossas plenárias, é fundamental a gente conseguir debater as nossas demandas e se colocar enquanto instrumento da próxima geração de negros e negras que necessitam de um movimento ativo e de um movimento democrático e de luta.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Agradecemos a presença do Sr. Luiz Felipe de Oliveira Teixeira, representante do Movimento Negro Unificado. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h50min.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h52min:** Estão reabertos os trabalhos.

A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Barth está com a palavra Comunicações. (Desiste.)

O Ver. Mauro Zacher está com a palavra em Comunicações. (Desiste.)

A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra em Comunicações. (Desiste.)

O Ver. Alvoni Medina está com a palavra em Comunicações. (Desiste.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Neste momento, convido o Ver. Pedro Ruas, que integra a CCJ, para que possamos instalar a reunião conjunta das comissões permanentes para apreciação do PLE nº 017/21. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h54min.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 16h09min:** Estão reabertos os trabalhos.

Quero dizer, primeiramente, que a presidência desta reunião conjunta das comissões, Ver. Pedro Ruas, representa muito aqui na Casa. Isso quer dizer que situação e oposição podem presidir e conduzir conjuntamente quando os assuntos são de interesse do Município. Obrigado, Pedro.

A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Muito obrigada, Presidente Idenir Cecchim, nosso líder do governo, vereadoras e vereadores desta Casa, público que nos acompanha, não poderia deixar de subir nesta tribuna para fazer uma homenagem no dia de hoje. No dia 8 de agosto, referenciamos a memória dos heróis brigadianos, que sacrificaram suas vidas em prol da segurança da comunidade sul-riograndense.

Em 2016, o comando da Brigada Militar, buscando homenagear todos os policiais militares mortos em serviço, publicou a portaria que deu origem à Lei nº 15.156, que instituiu o Dia Estadual em Homenagem aos Policiais Militares e Civis mortos em serviço, como uma forma de reconhecimento e gratidão, pelo seu valor, conduta irrepreensível, valentia, desprendimento e compromisso dos integrantes da Brigada e da Polícia Civil, que tiveram suas vidas interrompidas durante o cumprimento do dever.

O dia 8 de agosto, portanto, o dia de ontem, foi escolhido como uma data estadual da homenagem aos policiais militares mortos em serviço, por ter sido, neste dia, no ano de 1990, que o cabo Valdeci de Abreu Lopes, aos 27 anos, teve sua vida ceifada na Esquina Democrática, no Centro Histórico, pelos integrantes do MST. Relembrar esse triste momento da história do Rio Grande do Sul e da Brigada Militar, que ganhou as páginas dos noticiários nacionais e internacionais, é, antes de tudo, enaltecer a memória desses intrépidos policiais militares, que, certamente, espelharam-se naqueles briosos brigadianos, de um passado mais remoto, que derramaram seu sangue nos campos de batalha, tal como consta o esculpido na letra da canção da Brigada Militar: “Do horizonte passado de lutas / Baluarte gigante e viril / Vem Massot conduzindo a estrela / Da milícia, florão do Brasil / É a força gaúcha que brilha / No clarão da bandeira sem par / Eia, avante! Enfrenta o perigo / Oh! Brigada Militar!”

Não há um dia sequer, durante os 365 dias do ano, que não haja um policial militar de serviço, nos mais remotos rincões deste nosso Estado. Esses homens e mulheres, vocacionados a proteger a comunidade, diuturnamente, vestem suas fardas e seus equipamentos e saem às ruas para cumprir, com elevado destemor, a nobre missão de dedicar-se ao serviço policial militar, mesmo com risco da própria vida.

A grande maioria dos policiais, ao fim do seu turno de serviço, retorna ao aconchego do lar e ao convívio familiar. No entanto, alguns bravos policiais militares não tiveram a mesma oportunidade, pois suas vidas foram interrompidas precocemente ao defenderem os cidadãos contra a criminalidade.

Diante dessas perdas, que deixaram lacunas eternas, a valorização e reconhecimento pelo trabalho desses profissionais é dever de todos nós, pois, quando um policial militar é morto, toda a sociedade é atingida. Sabemos que os nossos entes queridos são o maior bem que possuímos e, à vista disso, nenhuma homenagem irá preencher o vazio deixado por eles. No entanto, a materialização do reconhecimento público, pela dedicação e empenho, durante o período em que estiveram ombreando o nosso lado, tem o propósito de acalantar e minimizar o sofrimento dos seus familiares.

Assim sendo, por meio desta singela homenagem, eu e a Brigada Militar estaremos aqui prestando a nossa homenagem à memória de cada um desses policiais militares que enfrentam todo tipo de adversidade na luta contra a violência e que doaram seu bem mais precioso: a sua vida no cumprimento do dever, honrando a farda brigadiana. E para esses homens e mulheres que perderam as suas vidas, eu faço a minha melhor continência. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Solicito ao diretor legislativo que faça os apregoamentos.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo o PLL nº 111/20, de autoria do Ver. Moisés Barboza.

Apregoo o PLL nº 077/21, de autoria dos vereadores Fernanda Barth, Comandante Nádia, Alexandre Bobadra, Ramiro Rosário, Jessé Sangalli e Hamilton Sossmeier.

Apregoo o PLL nº 181/21, de autoria do Ver. Leonel Radde.

Apregoo o PLL nº 186/21, de autoria do Ver. Leonel Radde.

Apregoo o PLL nº 296/21, de autoria do Ver. Gilson Padeiro.

Apregoo o Ofício nº 1587, do gabinete do prefeito Sebastião Melo.

Apregoo o Ofício nº 1588, do gabinete do prefeito Sebastião Melo.

Apregoo o Ofício nº 1589, do gabinete do prefeito Sebastião Melo.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (PMDB):** Solicito ao Diretor Legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, para ingressarmos na Ordem do Dia.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) Trinta e um Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 16h22min:** Havendo quórum, passamos à

## ORDEM DO DIA

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento):** Presidente em exercício, vereador e querido amigo Idenir Cecchim, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLE nº 014/21, passar à discussão e votação do Requerimento nº 197/21. Após retornarmos à ordem normal.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Sr. Presidente, há um requerimento, de autoria do Ver. Moisés Barbosa, solicitando o adiamento da discussão do PLL nº 184/17 por duas sessões.

**Vereador Moisés Barboza (PSDB):** Presidente Idenir, muitos colegas têm falado sobre o projeto da política municipal de gerenciamento de resíduos sólidos, e hoje o prefeito, o Poder Executivo pediu mais tempo. Eu, como sempre, sempre acolho quando nos procuram na técnica legislativa, gostaria de encaminhar ao plenário esse adiamento, para que a gente possa equalizar todos os que pensam a questão dos resíduos sólidos na capital dos gaúchos.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** V. Exa. sempre, sempre, sempre colabora com os colegas e com o Executivo, lhe agradeço. Em votação o requerimento de autoria do Ver. Moisés Barbosa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

## DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;  
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0643/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 014/21**, que altera a Lei nº 12.797, de 29 de dezembro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2021. **(SEI 118.00194/2021-50)**

### **Parecer:**

- da **CEFOR**. Relatora Ver<sup>a</sup> Bruna Rodrigues: pela aprovação do Projeto e da Mensagem Retificativa nº 01.

**Observações:**

- com Mensagem Retificativa nº 01;
- para aprovação, maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores – art. 53, “caput”, c/c art. 82, “caput”, da LOM;
- o Projeto será votado com as Emendas com Parecer pela aprovação, nos termos do art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- para a votação em separado de Emenda com Parecer pela aprovação ou rejeição, será necessário requerimento subscrito por um terço dos membros da Casa – art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- durante a Ordem do Dia não serão admitidas Emendas (art. 120, § 2º, do Regimento);
- incluído na Ordem do Dia em 09-08-21.

**PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB):** Em discussão o PLE nº 014/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Mensagem Retificativa nº 001 ao PLE nº 014/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLE nº 014/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Quero ressaltar que, sendo um projeto do Executivo, houve aprovação da presidente da CEFOR, Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues.

(A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, o Requerimento nº 197/21.

**Vereadora Mari Pimentel (NOVO):** Presidente, gostaria de retirar a solicitação de votação nominal e apenas registrar os votos contrários meu e do Ver. Juan Savedra, pelo partido NOVO.

**REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 197/21 – (Proc. nº 0677/21 – Vers. Jonas Reis, Pedro Ruas, Leonel Radde, Matheus Gomes e Aldacir Oliboni e Ver.<sup>a</sup> Daiana Santos) –** requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “à reposição das perdas salariais dos trabalhadores e trabalhadoras da rede estadual de educação”. (SEI 210.00304/2021-61)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em votação o Requerimento nº 197/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade dos Vers. Fernanda

Barth, Alexandre Bobadra e Ramiro Rosário; e com as abstenções dos Vers. Moisés Barbosa, Gilson Padeiro e José Freitas.

## **DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO**

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;  
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**PROC. Nº 0377/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 145/21**, de autoria do Ver. José Freitas, que altera o *caput* do art. 31 da Lei n.º 11.582, de 21 de fevereiro de 2014, que institui o Serviço Público de Transporte Individual por Táxi no Município de Porto Alegre, e alterações posteriores, alterando para 12 (doze) anos a vida útil dos veículos utilizados para esse serviço. **(SEI 034.00099/2021-59)**

### **Parecer Conjunto:**

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH**. Relatora-Geral Ver<sup>a</sup> Mônica Leal: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e das Emendas n<sup>os</sup> 01 a 08 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e das Emendas n<sup>os</sup> 01 a 08.

### **Observações:**

- com Emendas n<sup>os</sup> 01 a 05 e 08, do Ver. José Freitas;
- com Subemenda n<sup>o</sup> 01 à Emenda n<sup>o</sup> 05, do Ver. José Freitas (líder da Bancada do REP);
- retiradas as Emendas n<sup>os</sup> 06 e 07;
- incluído na Ordem do Dia em 31-05-21.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em discussão o PLL n<sup>o</sup> 145/21. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir a matéria.

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP):** Sra. Presidente, colegas vereadores e público que nos assiste; este é um projeto que nós protocolamos, é um anseio da categoria, foi construído junto com a categoria, junto com a Aspertáxi. Está aqui representando aqui a Aspertáxi o Artur Goulart, motorista de táxi. O projeto foi construído a várias mãos, inclusive, sentamos com o governo também. É o PLL n<sup>o</sup> 145/21, para ampliar a vida útil dos táxis em Porto Alegre. A iniciativa amplia para 12 anos a vida útil dos táxis em Porto Alegre, hoje são 8 anos. O projeto visa a ampliar a vida útil dos táxis para 12 anos. O projeto visa a aumentar a idade dos veículos utilizados para esse serviço, mantendo, isso é fundamental, as vistorias previstas na legislação, que certificam a qualidade do transporte. Tem muitos que pensam: "aumentando a vida útil do táxi, nós vamos andar com uma frota velha", muito pelo contrário, porque os táxis, diferente das outras modalidades, eles têm vistoria constantemente. A lei vigente veda a circulação de veículos com mais de oito anos por

nossas ruas, no entanto estamos em período de recessão econômica e muitos taxistas se vêm com a necessidade de contrair dívidas impagáveis, o que é pior, se vêm com a necessidade de trabalhar por maiores períodos diários para honrar seus compromissos financeiros. Não só os taxistas, como muitas categorias, até mesmo por causa da pandemia, estão sofrendo no bolso. Aí está o reflexo da pandemia, e um deles é financeiro. A iniciativa é uma reivindicação da categoria, e foi construída em conjunto com a associação dos permissionários. Está aqui representando o nosso amigo Artur, e nós construímos algumas emendas para melhorar o projeto. Nós construímos aqui quatro emendas, a Emenda nº 05 determina que os taxistas poderão pedir à EPTC reserva de permissão por 180 dias, de modo a não interromper o serviço em caso de furto, roubo, acidente ou pela renovação da frota. Hoje, por exemplo, caso aconteça algumas dessas situações, o taxista fica sem trabalhar e com autorização proposta. O taxista poderá optar por trabalhar ou não em outro carro enquanto aguarda a solução do problema. A Emenda nº 09 amplia a vida útil dos táxis para 10 anos; a lei diz que são 12 anos, mas nós construímos, junto com a Aspertáxi, a pedido também da EPTC, e fechamos em 10 anos. A categoria quer 12 anos, mas a EPTC está pedindo para passar para 10 anos. O Executivo sinalizou positivamente, portanto essa emenda tem objetivo de garantir a ampliação do tempo, da vida útil em dois anos, fato que a categoria também entende ser benéfico. A Emenda nº 09 trata de quatro pontos: primeiro, amplia a vida útil dos táxis; segundo, permite autorização de automóveis de variadas cilindradas, como, por exemplo, carro 1.0, que hoje a lei não determina isso; estipula, também, o sorteio de novas vagas e adequação de novos pontos fixos para os táxis a cada 12 meses – o último sorteio foi realizado em 2008, então, pontos importantes da cidade estão sem ponto fixo, como por exemplo, os shoppings Bourbon Wallig, Strip Center, na Zona Norte, e o Cais Embarcadero. A nova loja da Havan, que será inaugurada essa semana, também precisará de um novo ponto, por isso, é fundamental ter um novo sorteio. E também essa emenda determina exigência de vistoria de 120 dias para carros de oito a dez anos. Então, os carros que tiverem oito anos, passando a lei e indo até dez anos, eles vão ter que fazer vistoria em 120 dias. E a Emenda nº 10 revoga a obrigatoriedade da Taxa de Gerenciamento Operacional – TGO, e da instalação de equipamentos para monitoramento por GPS.

Embora o Executivo tenha uma resistência, nós estamos colocando aqui a desoneração dessas taxas, porque a gente tem conversado com a categoria, e, hoje, os taxistas mal tem conseguido colocar o combustível e fazer a manutenção dos táxis, por isso que é fundamental também desonerar dessas taxas. Qualquer dúvida estamos à disposição. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir o PLL nº 145/21.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Obrigado, Presidente Nádia. Eu queria parabenizar o Ver. José Freitas por essa iniciativa. Eu considero muito importante, porque é um projeto, como muito bem disse o vereador, que atenua, que reduz as condições difíceis de trabalho que a categoria dos taxistas tem vivido antes da pandemia, e com a pandemia esses problemas se agravaram muito. Eu fico satisfeito que o Ver. José Freitas tenha encabeçado essa iniciativa legislativa junto às associações, às organizações dos taxistas, precisamente porque também o fato de o José Freitas ser da base do governo, evidentemente, facilita para que nós não tenhamos alguma surpresa, como o governo vetar depois que a Câmara aprova um projeto como esse. Se o José Freitas pudesse esclarecer no detalhe a negociação com o governo, seria muito bom para que nós não tenhamos surpresas. O que eu entendi da exposição do Ver. José Freitas é que essa negociação já foi feita, na medida em que os taxistas pleiteiam e seguem ainda sustentando a necessidade da vida útil dos táxis ser de 12 anos, mas o próprio vereador fez uma emenda, pelo que eu entendi, discutida com a EPTC, para que seja de 10 anos a vida útil. Pelo que eu entendi, há um acordo da categoria em relação a isso, portanto, nós vamos acompanhar o José Freitas nas propostas e nas emendas, levando em conta que é um acordo da categoria, é uma vontade da categoria. Ao mesmo tempo, pelo que entendi, já parte de um acordo para que não haja veto, porque a gente sabe muito bem que, quando existe um veto do governo a um projeto aprovado pela Câmara, para que esse veto seja derrubado são necessários 19 votos, e, às vezes, a gente consegue aprovar um projeto com uma grande votação, mas depois não consegue 19 votos para derrubar um veto. Então, se, de fato, o governo já se comprometeu a não vetar, eu creio que é uma conquista, porque a família dos taxistas necessita disso, bem como as outras emendas. E o projeto, essa previsão do sorteio para novas vagas e pontos a cada 12 meses, são todas ideias muito meritórias, que eu fico muito contente que o José Freitas tenha tomado essa iniciativa para que a gente realmente veja aprovado. Nós sabemos que o táxi é um negócio familiar, nós sabemos que existe uma crise geral no sistema de transporte em Porto Alegre, e teve a competição dos motoristas de aplicativo, sobretudo das empresas, porque os motoristas de aplicativo são explorados por empresas, o serviço do táxi é um serviço de pequeno negócio, de pequeno empreendimento, de negócio de família, e com a pandemia está sendo muito sacrificado. Então, essa vida útil maior, essa possibilidade de ter, por mais que seja pequena ainda, dois anos menor do que os taxistas pediam, mas de fato já é um progresso e se é parte do acordo com a categoria, nós acompanhamos o voto e a orientação do autor do projeto. Era isso, obrigado, Presidente Nádia.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLL nº 145/21.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa tarde, Presidente Comandante Nádia, colegas vereadores; Ver. José Freitas, nós temos, ultimamente,

avaliado todos os projetos que são extremamente importantes para a cidade, que cuidam de um setor, e nós sabemos, em todas as administrações, não interessa se foi no governo anterior, no governo atual ou no governo de antes, a gente vê que cuidado com o modal e o cuidado com a cidade permanecem, independentemente de partidos políticos. A bancada do PSDB, estudando iniciativas, é favorável ao seu projeto, porém não tivemos tempo de nos debruçarmos ainda sobre as emendas, Ver. José Freitas, então eu gostaria de solicitar a V. Exa. que nos orientasse sobre as emendas. Não tivemos tempo de avaliá-las, nem o Ver. Gilson Padeiro, o Ver. Ramiro, o Ver. Kaká, mas a proposta principal é de suma importância para todos que entendem a necessidade que a gente tem. Quero lhe parabenizar pelo seu olhar sempre técnico, seu olhar legislativo, como vereador desta Casa, de cuidar de um problema tão importante para a capital dos gaúchos. Presidente, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 145/21.

**VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB):** Eu vou, minha cara Presidente Nádia, muito rapidamente, trazer um abraço a todos, cumprimentar o nosso Ver. José Freitas pela iniciativa e também registrar o apoio que é necessário a nós, enquanto Câmara de Vereadores, em prestar aos taxistas de Porto Alegre por tudo que sabemos e pelas consequências que passam e as dificuldade que os profissionais dos táxis têm. Portanto, vamos votar favoravelmente, e estou pedindo que os nossos vereadores façam o mesmo, me parece que há unanimidade nesse assunto. Um abraço a todos e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para discutir PLL nº 145/21.

**VEREADORA MÔNICA LEAL (PP):** Boa tarde, colegas; boa tarde, Presidente Comandante Nádia; eu subo a esta tribuna, primeiro, para cumprimentar o vereador-autor deste problema que afeta a todos nós, eu fiquei muito feliz de ser a relatora, porque está é uma questão que não pode, de forma alguma, passar despercebida. As dificuldades que a categoria dos taxistas sofreu, primeiro, com a chegada, e normal, dos parceiros dos aplicativos de mobilidade na nossa capital, mas principalmente com a catástrofe da pandemia. Nós sabemos que esse isolamento social, que as corridas diárias caíram até 90%. Isso está aqui num documento em anexo. Comparado aos mesmos períodos da pandemia, nós tivemos uma grande queda, e é uma realidade que se aproxima de forma cada vez mais preocupante, porque são as obrigações legais da circulação que passam a tornar-se impossíveis de se cumprir ou

ainda mais compromissos que esses profissionais assumem para manter os seus veículos, manterem as suas profissões. Nós sabemos que o gerador de recita da nossa capital acaba ficando inviabilizado. Fui a relatora e especifiquei no meu relatório, mostrei as dificuldades econômicas e, principalmente, dos veículos de mais de oito anos. Peço aos meus colegas vereadores e vereadoras que sejam sensíveis aos problemas desses profissionais, o assunto é de interesse local, não existe, de forma alguma, já apontado pelo Procurador desta Casa, óbice jurídico. Então eu peço a aprovação do projeto e das oito emendas do nosso colega, Ver. José Freitas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 145/21.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Quero saudá-la, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, comandando os trabalhos. Tenho certeza que todos nós vamos votar favorável, mas a gente tem que alertar. Tem muita taxa que deve ser revogada pela Prefeitura, a questão dos carros passar de oito para doze e a Prefeitura aconselhou para dez pode ser no futuro um tiro no pé para os taxistas. O que nós vimos na cidade é o aplicativo bem confortável, carros bons e o táxi cada vez mais deteriorado. Eu tenho conversado com muitos taxistas, eles têm muita resistência pela Prefeitura em alguns pontos, são maltratados, mas pagam taxas. Eu sei que os liberais gostam dos aplicativos, eu também gosto, mas na realidade nós vamos ter que chegar a um denominador mais na frente, porque a Prefeitura precisa trabalhar num sistema de transporte analisando todos os aspectos. O meu receio o taxista é a revisão, e é aí que a Prefeitura tem que facilitar que a revisão seja mais permanente, com período curto sem custo ao taxista, porque, às vezes, a maior queixa do cidadão é as condições dos taxis. Se as condições não são boas devido tudo o que vocês falaram, da crise, da pandemia, da recessão, o táxi cada vez mais deteriorado e vai perdendo espaço para os outros ambientes favoráveis. Vou votar a favor, vereadores, mas quero fazer esse alerta, cada vez que a gente prolonga o tempo de um carro a gente está sujeito a falta de revisão, a um cinto de segurança que não está bem estabelecido. A Prefeitura tem que nos ajudar, estamos conscientes dessa realidade, desse problema crucial que os taxistas estão acompanhando, mas me parece – o Ver. Idenir Cecchim poderia dar uma maior informação – que a Prefeitura já tem alguns indícios de desonerar algumas tarifas dos taxis. Isso é bom, é por aí o caminho. Parece que a questão de aumentar a idade do táxi não é o confortável, é o necessário para o momento, mas não é totalmente confortável. A questão é o que os taxistas pagam para a Prefeitura, eles estão pagando demais, é taxa disso, é taxa daquilo e, conseqüentemente, onerando o táxi.

Eu acho, então, que esse projeto vem ao encontro, mas ele não é tudo. Eu aguardo para esta Casa um projeto do Executivo onde dê condições do taxista se sentir melhor, que sobre mais dinheiro no final do mês. Na semana passada me ligaram que, numa votação entre os taxistas num ponto de táxi, deu empate na colocação, Ver. Idenir

Cecchim, se aceitavam do aplicativo ou não, pois eles têm essa flexibilidade, e entraram em conflito. Bom, pedi que me mandasse para Câmara para fazer uma emenda estabelecendo que, quando der empate, como se decide. Mas esse é o grande ambiente que o taxista está enfrentando, com maiores dificuldades na cidade.

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Exa. permite um aparte?

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Ver. Idenir Cecchim, lhe concedo um parte, porque V. Exa. sabe que nós precisamos tratar essa gente que está com dificuldade enorme. Estou trazendo esse tema, eu vou votar a favor, mas preciso, tenho que alertar de que têm outros problemas mais sérios que nós temos que construir e votar neste plenário alguma coisa que possa olhar um horizonte, um futuro mais permanente para os taxistas.

**Vereador Idenir Cecchim (MDB):** Obrigado pelo aparte, Ver. Cassiá Carpes. Realmente esse projeto vem em boa hora e V. Exa. disse muito bem, é um paliativo, mas não precisamos discutir como um todo. Os taxistas merecem uma atenção, sem dúvida nenhuma, e o Prefeito Sebastião Melo está muito atento a isso e disposto a fazer isso o que V. Exa. está dizendo: cuidar dos detalhes e não só o pagar, pelo taxista.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Obrigado, Ver. Idenir Cecchim. É isso que nós vimos, eu acho que esse é o caminho, fazer esse pessoal ser valorizado, buscar alternativas, a Prefeitura auxiliar, diminuir essas taxas que vêm só onerando, cada vez mais, a corrida de táxi. O debate é bom, vamos votar a favor a essa iniciativa dos vereadores e, Ver. José Freitas, tenho certeza que a Prefeitura vai buscar outras alternativas junto com essa para facilitar esse transporte que é tão necessário, que é tradição e que os porto-alegrenses se identificam muito bem. Obrigado, presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir O PLL nº 145/21.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo a nossa presidenta, na presidência dos trabalhos, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia; colegas vereadores e vereadoras. Embora não possa estar aí presente, estou me encaminhando para fazer alguns exames, quero registrar, tenho certeza que a nossa bancada vai acompanhar a votação, uma demanda muito pontual do nosso ex-vereador, grande amigo, parceiro, companheiro, Ver. Adeli Sell, que tem uma relação muito forte com os taxistas. Quem não tem, né? Quem já não conversou com tantos taxistas? Quem não acompanhou esse tempo de pandemia quantos deixaram de trabalhar, quantos faliram depois da concorrência vinda através dos aplicativos. Quantos movimentos eles fizeram na Câmara até antes da

pandemia para buscar esse reconhecimento e a isenção de determinadas taxas, muitas até judicializadas. Muitos vereadores tiveram uma certa iniciativa, mas o governo anterior não acabou acolhendo essa demanda dos profissionais que trabalham como taxistas. Acho que tem muito que avançar nesse aspecto, acho que poderia ter sido uma iniciativa do governo muito mais pontual, discutida amplamente com audiência pública para ouvir, de fato, onde está o grande problema não é só a concorrência, mas é uma taxaço desleal com relação a outros mecanismos de transporte público. Então, nesse sentido, é fundamental que nós comecemos a trabalhar e ver a necessidade deles para poder até baixar o valor da corrida. Como você vai valorizar outro tipo de transporte, como acontece com o transporte público, como acontece nos aplicativos, e não sem olhar para os taxistas que a grande maioria deles ficam horas e horas, às vezes, esperando por uma corrida, mas na hora de pagar os impostos tem que estar em dia ou senão não passa na vistoria, essa é a grande verdade. Então, nesse sentido, Ver. José Freitas, nobre vereador, nós estamos, com certeza, votando contigo e com os demais vereadores e esperamos que justiça seja feita, que sejam reconhecidos esses profissionais que trabalham não só no transporte, mas também com vidas humanas, porque, afinal de contas, estão acolhendo, sempre amparados pela lei, mas é preciso olhar com outros olhos essa dura realidade que nós estamos enfrentando. Forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLL nº 145/21.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL):** Presidente, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, presidindo os trabalhos desta sessão; demais vereadores e vereadoras; público que nos assiste. O Ver. José Freitas faz um importante projeto que aumenta a vida útil do veículo dos taxistas que, nos seus motivos, ele esclarece, devido à pandemia, as dificuldades que os taxistas têm enfrentado. Assim como esta Casa já votou projeto para o aumento da vida útil do transporte público dos ônibus devido à pandemia e as dificuldades, acho que é justo com os taxistas que se aumente a vida útil dos seus carros, principalmente neste período difícil que todos eles enfrentam.

Vou votar favorável, Ver. José Freitas, mas o principal neste momento eu acho que nós temos que ir além da vida útil dos carros dos táxis. Hoje é oito anos, o vereador pretende passar para doze anos, algum dos vereadores falou que o governo pretende passar para dez anos. Eu acho que a discussão, Ver. Pedro Ruas, tem que ser muito além da vida útil dos carros. Nós temos que fazer uma discussão porque, hoje, o táxi faz parte do transporte, um o transporte público, um modal, assim como veio o transporte por aplicativos. E, queiramos ou não, temos a concorrência entre os dois, aplicativos e táxi, só que o táxi, como é um modal antigo na cidade, tem um regramento, aprovado nesta Casa, uma lei que rege todo o sistema de transporte. Esse regramento cobra bastante dos taxistas; são várias cobranças, determinadas pela Prefeitura, por uma lei, aprovada por esta Casa, que eles têm que cumprir. Isso engessa

bastante o transporte por táxi. Enquanto, para os aplicativos, tivemos uma lei, aprovada nesta Casa, que teve contestações juridicamente, acabando dando muito mais liberdade para os aplicativos. Só que eles acabam exercendo um trabalho, praticamente igual, semelhante, com regras diferentes. E aí, eu acho que é a questão que nós temos que buscar soluções – este é o local para o debate. Nós temos dois modais que concorrem pelo mesmo passageiro, com regras diferentes. Essa concorrência acaba ficando com uma certa dificuldade porque eles cumprem regras, inclusive, com a própria Prefeitura, taxas que os taxistas pagam, que os aplicativos não pagam; além de taxas, existem outros mecanismos na lei que obriga eles a uma série de coisas. Eu acho que esse é o grande debate. Temos dois serviços prestados por dois tipos, aplicativo e táxi, para praticamente o mesmo serviço, com regras diferentes – essa regra eu acho que deveria ser a mesma para os dois modais. Se existe uma corrente que não quer regras para os aplicativos, os táxis, então, não vão ter regras, Ver. Cecchim, hoje Presidente da Casa? A regra não pode ser diferente para o mesmo modal porque o táxi e o aplicativo hoje competem o mesmo passageiro para o prestar o mesmo serviço, com regras diferentes. E isso acaba colocando vantagens para um em cima do outro, e a gente sabe que hoje os táxis em Porto Alegre estão apresentando grandes dificuldades; eles perderem, e perderam muitos passageiros, e é um serviço... Ou nós, aqui nesta Casa, tomamos uma atitude de buscar diminuir as regras dos táxis para ficarem igualadas às dos aplicativos ou, para o táxi, de nada vai adiantar aumentar o tempo de utilidade do carro, vereadores José Freitas, Pedro Ruas, porque vai chegar o momento em que, mesmo o carro podendo ter 20, 30 anos, eles não vão conseguir sobreviver. Eu tenho essa preocupação com os taxistas, e acredito que temos que buscar um debate amplo. E quero parabenizar o Ver. José Freitas pela sua preocupação em trazer o debate para esta Casa. Eu vou votar favoravelmente, mas acredito que o debate tem que ser muito maior – esse debate tem que ser maior, tem que ser além do tempo de vida útil do carro pela Prefeitura.

Então, acho que este debate nós temos que puxar aqui na Câmara de Vereadores, talvez a própria Prefeitura deva fazer este debate de como ajustar e dar vida para os táxis, ou vai acontecer, como em outros empregos, de eles sumirem, deixar de existir. E esses aplicativos, como a gente sabe, e sou favorável aos aplicativos, uso os aplicativos, acho que são importantes para a cidade, revolucionaram o transporte, mas o táxi, tem que ter cuidado para que ele possa sobreviver. E acho que esse é o debate que temos que buscar aqui nesta Casa, junto com a Prefeitura, junto com o próprio Parlamento, que tem sua autonomia, para que a gente faça esse debate e busque uma solução maior do que simplesmente aumentar o tempo de vida útil do carro, o que até dificulta porque se o carro começa a ficar muito velho, as pessoas não vão pegar o táxi, igual.

Então, eu gostaria de fazer um desafio aqui aos demais vereadores para que a gente possa fazer um grande debate, quem sabe uma audiência pública, uma reunião maior, uma comissão especial ou algo do tipo para que a gente possa desenvolver e buscar uma solução definitiva para o transporte público de Porto Alegre, assim como vamos ter grandes dificuldades com o transporte de ônibus. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLL nº 145/21.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Muito obrigado, Presidente em exercício, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste. Eu falo nesse tempo de oposição, esclarecendo inicialmente o seguinte: nós não temos consenso na oposição sobre este tema. Respeitamos a posição de todas as bancadas, PSOL, PT e PCdoB, temos posições que, em princípio, por enquanto, são distintas, o que é natural pois temos ocasiões assim. Quero me manifestar no sentido de que conversamos bastante com as associações que representam os taxistas na cidade. Um dos dados que me chamou a atenção, bastante, e aqui está o Artur, que nos trouxe vários elementos, é o de que os táxis rodavam, vereadoras e vereadores, meu caro Ver. José Freitas, de 300 a 400 quilômetros por dia, antigamente. Hoje rodam, vereadores Mauro Pinheiro, Juan, cerca de 50 quilômetros ao dia. Isso é uma diferença brutal, não apenas em termos de rendimento, Ver.<sup>a</sup> Karen, e meu sempre Ver. Alex Fraga, isso é também a vida útil do veículo. É claro que um veículo que roda 400 quilômetros por dia tem uma vida útil X, e um veículo que roda 50 quilômetros por dia, líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, tem uma vida útil bem maior. Então, o projeto do Ver. José Freitas adapta essa circunstância da realidade a uma outra que também é verdadeira e importante, é a de que são 4 mil táxis em Porto Alegre, cerca de 12 a 15 mil taxistas que têm seu único sustento desta renda, do seu trabalho, do seu esforço. Eu tenho, particularmente, aí é pessoal, minha posição, não uso aplicativos, só uso táxis, isso é pessoal. Não tenho nada contra quem usa; pelo contrário, mas entendo que o asfalto na cidade, o semáforo, a luz custa dinheiro, e tributos. O Artur conhece a minha posição, é pública; acho que não há, em relação aos aplicativos, a cobrança de tributos que corresponda para poder utilizar a cidade e seus investimentos de forma profissional, sem qualquer gasto. É um outro debate – o Ver. Mauro Pinheiro trouxe com razão a necessidade de nós discutirmos isso de forma aprofundada. Mas para este momento, exatamente, em que aqui estamos, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, parece-me que temos que apoiar o projeto do Ver. José Freitas. Eu sei que há diversas emendas, sei também que não votaremos no dia de hoje, mas quero registrar que, havendo um entendimento com relação às emendas, temos condição, Ver. Freitas, de aprovar este projeto; mais do que condição, necessidade! Parece-me que, ao longo da história, os táxis e os taxistas, portanto, representaram, para Porto Alegre, um trabalho, um serviço, uma prestação continuada de serviço à população, extraordinário. Eu, por circunstâncias que não vêm ao caso, conheci diversas frotas e atividades de táxis de quase ou todo o Brasil, e até fora dele, Ver.<sup>a</sup> Karen. Quero dizer que o trabalho de Porto Alegre, o atendimento por táxi em Porto Alegre é algo muito além, em termos de qualidade, do restante do País, é algo diferenciado, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, no sentido de ser diferente e com qualidade, é especial, é muito bom e muito bem prestado. O serviço não é perfeito, é evidente, não há nada perfeito em termos de obra humana, mas ele é muito bom, ele é muito eficaz, faz muita diferença. Então, quero deixar aqui, neste debate, uma contribuição de que o projeto chega em boa hora e é extremamente necessário; Porto Alegre tem que debater,

sim, e, na minha opinião, aumentar o tempo de vida útil dos táxis – há uma discussão entre 10 e 12 anos, enfim, não quero entrar agora no mérito pois há emendas que serão ainda debatidas, mas o aumento da vida útil dos táxis, considerando, repito, que de menos rodam em relação ao passado, que tiveram dificuldade com a disputa, com a concorrência direta com os aplicativos, somado à pandemia, que a todos prejudicou, com certeza, nos leva à convicção firme, forte, definitiva, de que esse aumento da vida útil dos táxis precisa acontecer e, por certo, terá nosso apoio. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Juan Savedra está com a palavra para discutir o PLL nº 145/21.

**VEREADOR JUAN SAVEDRA (NOVO):** Presidente Comandante Nádia, ora em exercício, demais vereadores, em primeiro lugar parabeno o Ver. José Freitas pela iniciativa. O NOVO sempre se coloca a favor da desburocratização, da facilitação do trabalho de todos aqueles que vivem na nossa cidade. Os táxis, certamente têm passado por uma grande dificuldade, não apenas pela redução do número de passageiros, mas pelo alto valor da gasolina que tem impactado todos aqueles que fazem desse serviço a sua fonte de trabalho. Então, o NOVO sempre será a favor de desburocratizar o táxi para que ele possa concorrer em par de igualdade com os aplicativos. Eu tenho, nas falas que me antecederam, acho que há um consenso, pelo menos por grande parte de todos, de que precisamos, sim, desregulamentar os táxis e não levar, para dentro dos aplicativos, a burocracia e a taxa que existe hoje na Lei Geral dos Táxis. Parabéns pela iniciativa – tenha certeza de que pode contar com o NOVO, comigo enquanto vereador, com o Ver. Felipe Camozzato, bem como com a Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Pergunto se mais algum vereador deseja discutir? Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h10min.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM) – às 17h11min:** Estão reabertos os trabalhos. Solicito ao diretor legislativo que apregoe as emendas.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo as Emendas nºs 09 e 10, de autoria do vereador José Freitas, ao PLL nº 145/21.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas, solicitando dispensa do envio das

Emendas nºs 09 e 10 ao PLL nº 145/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, à Emenda nº 09 ao PLL nº 145/21.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em votação o requerimento de autoria da Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 09 ao PLL nº 145/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo as Emendas nºs 11 e 13, de autoria de autoria da Liderança do Solidariedade, ao PLL nº 145/21.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em votação o requerimento de autoria da Liderança do Solidariedade, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 11 e 13 ao PLL nº 145/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** Apregoo as Emendas nºs 12 e 14, de autoria da Liderança do PCdoB, ao PLL nº 145/21.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em votação o requerimento de autoria da Liderança do PCdoB, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 12 e 14 ao PLL nº 145/21 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito o adiamento da votação do PLL nº 145/21 por uma sessão.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. José Freitas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 172/17 por duas sessões.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em votação o requerimento de autoria do Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**VEREADOR JONAS REIS (PT) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 134/19 por uma sessão.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura do Requerimento nº 213/21.)

### **REQUERIMENTO – VOTAÇÃO**

**(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

**REQ. Nº 213/21 – (Proc. nº 0767/21 – Ver<sup>as</sup> Laura Sito e Daiana Santos e Vers. Leonel Radde, Aldacir Oliboni e Jonas Reis) –** requer seja encaminhada Moção de repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2021 (PEC 32), que ora tramita na Câmara dos Deputados e versa sobre a Reforma Administrativa do Estado. **(SEI 216.00090/2021-28)**

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, o Requerimento nº 213/21.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM** e 16 votos **NÃO**.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Declaro rejeitado o Requerimento nº 213/21.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM) – às 17h23min:**  
Encerrada a Ordem do Dia.  
Passamos à

### **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

**1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0555/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 027/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, que concede o Diploma Honra ao Mérito à 15<sup>a</sup> Delegacia de Polícia de Porto Alegre, órgão executor da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul. (SEI 035.00055/2021-28)

**PROC. Nº 0596/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 031/21**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, que concede o Diploma Honra ao Mérito à 2<sup>a</sup> Delegacia de Polícia de Porto Alegre, órgão executor da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul. (SEI 035.00049/2021-71)

## 2ª SESSÃO

**PROC. Nº 0578/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 012/21**, que dispõe sobre a responsabilidade por descarte e destinação dos medicamentos em desuso, sob responsabilidade dos estabelecimentos públicos e privados que dispensam medicamentos de uso humano e veterinário no Município de Porto Alegre. (SEI 118.00171/2021-45)

**PROC. Nº 0692/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 015/21**, que consolida a legislação referente às isenções tarifárias do transporte coletivo por ônibus do Município de Porto Alegre e institui o Sistema de Isenções Tarifárias do Transporte Coletivo por Ônibus do Município de Porto Alegre; inclui o art. 32-B na Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998, e o § 2º no art. 1º da Lei nº 10.996, de 7 de dezembro de 2010 e revoga a legislação pertinente. **Com Emenda nº 01, do Ver. Cassiá Carpes; Emendas nºs 02 e 03, da Ver<sup>a</sup> Lourdes Sprenger.** (SEI 118.00201/2021-013)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Vitória Cabreira está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADORA VITÓRIA CABREIRA (PCdoB):** Boa tarde. Queria poder tratar sobre a questão do projeto de isenções enviado pelo Executivo e quero aqui tratar com os vereadores, para que a gente possa refletir sobre este tema, primeiro, porque nós temos o dever de debater sobre isso com os setores da sociedade que são os mais prejudicados nesse assunto. Nós precisamos debater com a sociedade, precisamos debater com os estudantes, com os idosos, precisamos conversar com os cobradores, precisamos tratar sobre o transporte público em si, porque hoje nós sabemos que, de fato, o transporte público é um problema para a nossa cidade e tem todos os seus problemas que a gente trata diariamente, que a gente sente diariamente quando a gente pega o ônibus para ir para o nosso estágio, para ir para a nossa universidade, para a nossa escola, mas a gente também precisa ter maturidade de entender que as isenções não são o maior problema do transporte público. Hoje o transporte público tem outros problemas prioritários, que esta Casa deve tratar, que são as paradas que não têm segurança, que é o ônibus que não tem qualidade, que é o ônibus que atrasa, esses são

os reais problemas do transporte público, não são os estudantes que pagam meia-passageira para poder chegar na sua universidade, que pagam meia-passageira para poder chegar na sua escola. Hoje retirar as isenções dos estudantes, por exemplo, é organizar uma grande evasão escolar, é nos tirar de dentro das nossas escolas, é nos tirar de dentro das nossas universidades. Nós precisamos tratar desse problema aqui porque não adianta a gente querer sair do buraco e continuar cavando, vereadores e vereadoras, nós precisamos tratar o problema real, precisamos discutir a questão do subsídio, precisamos garantir uma Carris pública. Nós sabemos que a Carris hoje é uma empresa que presta serviço para o nosso povo, é hoje uma empresa necessária na nossa cidade, mas principalmente hoje esses projetos burocratizam a solicitação do direito dos estudantes, nós precisamos tratar disso porque a gente não pode dificultar a vida do povo de Porto Alegre, é por isso que a gente precisa aqui debater isso. Além disso, o projeto retira os estudantes do EJA, de profissionalizantes, de pré-vestibular, pós-graduação, mestrado, doutorado, por quê? Os estudantes de cursos profissionalizantes não são estudantes? Aqueles que lutam para terminar o seu ensino médio através do EJA não são estudantes? Por que esses não estão incluídos para ter o direito à meia-passageira no novo projeto mandado pelo Executivo? Não faz sentido, tiram o direito do Tri escolar nos sábados e domingos. Por que, se não deixamos de ser estudantes no final de semana, como cada um aqui não deixa de ser vereador no final de semana? A gente precisa ter acesso à cidade, precisamos poder chegar aos parques da nossa cidade, precisamos conhecer, não podemos agora prender a juventude no bairro em que mora. Então, a gente precisa tratar esses problemas, mas principalmente, também quero apresentar um outro tema que é a atenção das entidades representativas. Hoje, o projeto apresentado pelo Executivo ataca as entidades e ataca o movimento estudantil. Não faz sentido este projeto, eu queria colocar os estudantes à disposição para debatermos o projeto, porque defender o Tri escolar, defender o meio passe estudantil, principalmente, é defender estudante na sala de aula, é defender a educação, é defender a juventude. Quem é contra, quem quer tirar esse direito hoje está contra os jovens. Quero reforçar aqui, Comandante Nádia, que nós nos encontramos sempre nas lutas, no ano passado, na última gestão, nós nos encontrávamos, neste plenário, com diversos vereadores e vereadoras, e lutávamos juntos em defesa do meio passe estudantil. Acho que todo esse processo que passamos foi pela maturidade do diálogo que tivemos, acho que a gente precisa continuar tendo esse esforço de dialogar, mas principalmente para garantir o direito do Tri escolar dos estudantes. Quero colocar também a juventude aqui disposta a tratar sobre o principal problema do transporte público que nós temos certeza não são as isenções, mas são hoje os problemas causados pelas próprias empresas, principalmente as privadas. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra. Questão de ordem, Vereador?

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento):** Não é questão de ordem, é uma questão de alegria, é uma questão de combinação da oposição e da situação. Quero, junto com o líder da oposição, Ver. Pedro Ruas, requerer que o projeto que hoje foi aprovado nas Comissões Conjuntas, PLE nº 017/21, que é o do bônus-moradia, seja priorizado para ser o primeiro a ser votado na próxima quarta-feira.

**Vereador Pedro Ruas (PSOL):** Quero referendar o pedido do líder do governo, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, na medida em que este projeto tem urgência e há muitas famílias na cidade dependendo da sua aprovação. Obrigado.

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, pelo governo, e do Ver. Pedro Ruas, pela oposição. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Boa tarde a todas e todos. Venho a esta tribuna, mais uma vez, indignado, o povo de Porto Alegre está perto de tomar uma das maiores rasteiras já vistas pelo prefeito eleito por esse povo, eleito na democracia, dizendo que ia construir mais direitos, mais políticas públicas, e apresenta aqui para nós o processo 692, de 2021, Projeto de Lei do Executivo nº 015/21, derrotaram as isenções do transporte público. Ele não quer mais os guardas municipais circulando nos ônibus, não basta ele arrochar o salário dos guardas municipais por cinco anos, tem que agora proibi-los de andar de ônibus; os oficiais de justiça também estarão proibidos, e mais do que isso, as professoras, os professores que ganham um salário miserável, miserável estão pagando – os estaduais estão há sete anos sem reajuste, há sete anos estão recebendo 45% menos no salário –, e o Melo agora quer fazer o quê? Fim do meio passe, fim da política de educação, é isso que vai gerar este projeto do Executivo, e vai além. Ele não quer mais estudantes com mobilidade, ele não quer mais que o filho da dona Maria saia da Restinga para vir aqui no Parobé estudar. Não, fique lá, se não tiver vaga, não estude. Porque agora, segundo a lógica do nobre prefeito Melo, só renda per capita, só escrito no CadÚnico. Uma família com dois, três filhos, que ganha dois, três salários mínimos, não terá mais o meio passe para os seus filhos. Eu só consegui estudar, meu pai ganhava salário mínimo, porque tinha o meio passe estudantil, há 20 anos, sem esse meio passe não conseguiria ter estudado no Padre Réus, escola estadual qualificada, eu não teria como sair do meu bairro. E são esses jovens de agora que nós temos, vereadoras e vereadores, que nos unir, eles têm que se manter com esse direito, não pode um prefeito que se diz popular, que se diz de Porto Alegre, que veio de Goiás, todo aquele discurso, foi abraçado pela cidade e agora vai destruir a vida dos estudantes das gerações futuras, virando as costas para as crianças, para os adolescentes, para as famílias vulneráveis que estão sofrendo com desemprego. Tu não tens coração, prefeito. Tu não tens coração. Neste projeto inclusive as pessoas com HIV não vão mais poder se transportar. Tu sabias que tem preconceito na sociedade, inclusive não dão empregos

para eles? Agora não vão conseguir nem isso, procurar emprego. Por quê? Querem tirar a isenção de todo mundo, dos deficientes, está aqui no projeto. Isso é um escândalo. Não é possível que esta Câmara se cale, que esta Câmara se agache para um prefeito que vira as costas para cidade que o abraçou, ele mesmo disse isso na campanha. Eu vi o vídeo, Sebastião, no vídeo que falaste: “Porto Alegre me abraçou, agora vou dar em dobro o que Porto Alegre me deu”. Porto Alegre não te deu chicotadas, Porto Alegre não te deu violência, tu viraste prefeito e agora vira as costas para o povo desta cidade para entregar o quê? Dinheiro aos empresários, dindin para o caixa das empresas. Porque o senhor não pensou duas vezes ao entregar 16 milhões para esses empresários neste ano. O senhor está sendo muito competente em embalar o berço do alto empresariado chopim, dessas aves de rapina, não é do pequeno empreendedor, não, é dos grandes sonegadores, é com esses que o senhor está embarcando contra um milhão e quinhentos mil habitantes. Essa nau vai afundar, Sebastião, como o barquinho do Marchezan, e eu estarei nesta tribuna assistindo a sua derrota porque quem vira as costas para Porto Alegre... (Problemas na conexão.) ...não se esquecerão. Esse povo entende de votar, esse povo sabe o que quer, esse povo exige de nós altivez desta Câmara, não exige rendição, nós não podemos nos ajoelhar para esta proposta, minhas colegas, meus colegas. Vocês podem até estar neste governo, eu sei que são muitos, mas esta proposta indecorosa, vergonhosa, uma proposta criminosa contra milhares de famílias, eu não vou aceitar, a cidade não vai aceitar. Sebastião, veja outro jeito de resolver o transporte público, eu serei parceiro, mas não tirando de quem não tem, não tirando das trabalhadoras e dos trabalhadores, das famílias vulneráveis. Eu, como professor, defenderei a educação e o meio passe estudantil. O meio passe para os professores é defender a educação do povo, pública, de verdade, de qualidade, de acesso universal. Não existe acesso universal proibindo a mobilidade neste Município. Isso é uma vergonha, por isso eu serei contra. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Karen Santos está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL):** Boa tarde a todos e todas, uso a tribuna para debater a questão do transporte coletivo por ônibus. Um dos projetos que está em pauta é a questão das isenções que afeta de forma desproporcional os estudantes da rede pública aqui da nossa cidade. Também utilizo esta tribuna para trazer a notícia que o Ministério Público de Contas vai requerer a inspeção sobre o transporte, às denúncias que nós levantamos em relação às ilegalidades, à gestão que deveria ser pública e não é, em relação à auditoria que foi contratada ainda na gestão do Marchezan e que aponta fraudes na justificativa do sistema de bilhetagens. Vai também requerer auditoria sobre a resposta que foi apresentada da auditoria que foi contratada ainda na gestão passada. Também recebemos encaminhamento do Ministério Público, da Pasta de Patrimônio que também vai abrir inquérito para investigar a denúncia que está

presente dentro da auditoria que foi contratada pela gestão passada de uma diferença de R\$ 40 milhões que não foram repassados para a Carris e que não tem uma resposta objetiva na auditoria que ainda não foi finalizada de para onde foi esse recurso. Eu trago esses dois repasses porque isso é fruto de uma luta muito antiga em relação ao transporte da cidade. Desde que o edital de visitação está em vigor, as fraudes, as ilegalidades se acumulam e é muito desrespeitoso esta Câmara de Vereadores estar debatendo projetos picotados, então, a isenção do meio passe estudantil, o fim gradual dos cobradores, o debate da privatização da Carris, e, de fundo, a gente não consegue encarar o problema estrutural hoje do transporte que é a questão da gestão privada. A gente confia em números que não se sustentam, porque são rodeados de fraudes e ilegalidades, e ao mesmo tempo a gente penaliza novamente o elo mais fraco que são os rodoviários e os usuários de transporte coletivo. A Prefeitura de Porto Alegre para tratar um buraco está cavando outro muito maior, e a população tem que estar atenta a isso porque todas essas iniciativas do governo Melo dizem respeito a sanar uma crise no transporte, e não vai se resolver. Privatizar a Carris vai aprofundar ainda mais a precarização do transporte na cidade. Hoje a Carris é a referência que a gente tem porque minimamente a gente consegue ter acesso aos dados. Terça-feira passada, na CUTHAB, eles nos apresentaram um relatório em relação a todos os custos, diesel, pneu, RH... A gente nunca teve acesso a isso por parte das empresas privadas, pelo contrário, a gente teve que contratar uma auditoria em que as empresas se negaram a apresentar os balancetes de três anos, e essa auditoria ainda não foi concluída. Então, hoje, esses pacotes, sendo aprovados da forma como está a situação mais ampla do transporte público da cidade, é privilegiar a má gestão, é privilegiar a ilicitude, é privilegiar a máfia da associação dos transportadores privados que vão seguir dando as cartas para o transporte da cidade. Então é disso que nós estamos falando. Nós não estamos sendo honestos com a população. É importante ter esse posicionamento do MP, da Pasta de Patrimônio e do Ministério Público de Contas porque a Câmara de Vereadores também é um órgão fiscalizador. Não cabe a nós só ficarmos criando leis, leis e leis. O nosso papel também é fiscalizar as leis que hoje estão em vigor na cidade, e a Câmara não está fiscalizando. Não está fiscalizando! Nós tivemos três reuniões na CUTHAB para fazer o levantamento dessa mesma denúncia e está havendo uma morosidade muito grande por parte dos vereadores em questão, e a gente não pode votar os projetos da forma como estão sendo colocados porque isso é errado, é muito errado, é ser desonesto com a população e é precarizar ainda mais algo que para nós é um direito. Então são essas as informações. Quinta-feira tem debate, tem audiência pública. É importante todos que estão nos ouvindo se inscreverem. Até mil pessoas podem participar da sala de debates. É importante a população participar, ouvir os argumentos e se posicionar, porque depois são vocês que estarão sendo lesados, vocês que vão pagar uma passagem cara por um transporte caro, lotado, demorado, contaminado, sem cobrador. Não é isso o que a gente quer para a nossa cidade.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania):** Boa tarde a todos. Ouvi aqui atentamente a manifestação dos vereadores, especialmente a manifestação do Ver. Jonas Reis, ele falou emocionado que, quando ele era criança, ele andava com 50% de isenção do transporte público porque o pai dele ganhava um salário mínimo e por isso ele é contra esse projeto, porque tira o direito da mobilidade dos nossos estudantes. Só que eu pediria para o Ver. Jonas Reis ler o projeto porque agora ao invés de uma criança – como era o senhor naquela condição – receber 50% de isenção vai andar de graça no Município de Porto Alegre no transporte público por conta de uma sugestão que nós levamos ao Poder Executivo no sentido de ajudar pagando a passagem dessa criança para que ela possa se deslocar utilizando o transporte público. Aparentemente parece que os vereadores da oposição querem tentar fazer parecer que é uma retirada de direitos para que, quando essa medida for aprovada, e será aprovada aqui, inclusive com votos favoráveis dos senhores, pareça que foram os senhores que conseguiram a isenção para esses estudantes. Eu estava lendo aqui agora o projeto que foi mandado pelo Executivo. Fala assim: "Famílias com hipossuficiência..." e ele encara como famílias com hipossuficiência aquelas em que a renda per capita é inferior a um salário mínimo e meio. Então o senhor falou que seu pai recebia um salário mínimo, então o senhor teria direito à isenção no transporte como criança da rede pública de ensino do Município de Porto Alegre. Então, não vai ficar pior do que o senhor falou, vai ficar melhor do que o senhor falou, porque antes o senhor pagava 50% e agora vai pagar zero para andar no transporte público da cidade de Porto Alegre. Mas além disso, para os estudantes do segundo grau, vai ser dado 75% de isenção; hoje é 50%. E o senhor falou agora há pouco também que as faculdades vão perder alunos em função disso. Vão se manter os 50% de isenção. O que eu costumo pensar é que existe parece que uma nuvem, uma cortina de fumaça querendo ser colocado para depois fazer parecer que foram eles que propuseram isso que garantiu uma ampliação dos direitos. Só que uma diferença que existe aqui, foi a sugestão que eu trouxe para o Poder Executivo, é que agora essa ampliação de direitos vai ser trazida com responsabilidade. O que está acontecendo? Nós sabemos que, por uma série de motivos, esse transporte monopolista que existe na cidade de Porto Alegre não é autossuficiente porque ele peca por não querer disputar e se modernizar conforme o avanço da nossa tecnologia, da nossa sociedade. Por isso ele é insuficiente de se manter economicamente sustentável e exige para que possa continuar funcionando o subsídio para sua operação. Eu sou contra o subsídio para o transporte público. Eu sei que existem alguns vereadores que gostam de dar dinheiro para empresa pública e empresas oligopolistas. Eu sou contra isso. Entretanto, nós sabemos que existe no Brasil essa dificuldade de locomoção dos estudantes. Temos também recursos do Ministério da Educação que serve também para garantir a mobilidade desses estudantes. Então a ideia é garantir que tenha não dinheiro para as empresas de ônibus, mas dinheiro no cartão TRI do estudante para ele poder andar no transporte público da cidade de Porto Alegre gratuitamente no ensino fundamental, até

75% de isenção no ensino médio e manter os 50% de isenção no nível de graduação. Com relação aos outros funcionários que o senhor falou que o governo Melo está tirando a isenção, como guarda municipal, oficial de justiça, algum outro tipo de servidor público, eu queria lembrar o senhor que essa isenção que é dada para esses senhores, hoje, não é dada pelo governo; ela é dada onerando aquele cidadão pobre que pega o ônibus do lado do oficial de justiça, do guarda municipal... E quem é o responsável por fornecer a passagem gratuita do seu empregado? Porque o oficial de justiça é empregado do Estado, o guarda municipal é empregado do Município, mas quem é que tem que fornecer a passagem de ônibus para essa pessoa se transportar? É o seu empregador. Não tem que ser o coitado que está pegando ônibus, que mal tem condições de pagar o seu transporte que tem que subsidiar o transporte do guarda municipal e do oficial de justiça. Então o governo do estado, através do Poder Judiciário, tem condições de pagar o transporte do seu oficial de justiça; o Município tem a garantia legal, a obrigação legal de garantir ao seu guarda municipal a passagem de ônibus para ele poder trabalhar. Ninguém aqui está falando que o guarda municipal precisa pagar do próprio bolso para ir trabalhar. É isso que o senhor está fazendo parecer, mas o Município como empregador tem a obrigação legal de fazer o custeio dessa passagem. Eu gostaria de fazer uma pequena observação aqui, por mais que algumas pessoas neguem os fatos: todas as passagens são pagas. Todas as passagens em que passa a roleta são pagas por alguém. Às vezes a gente não vê ela sair do bolso da pessoa, mas elas são pagas. Hoje as passagens daquelas pessoas que são isentas são pagas por quem? Pelo coitado que não tem isenção e que tem que pagar porque pega o ônibus, assim como aquela pessoa que tem direito à isenção. Então, hoje todas as passagens são pagas. O problema é que quem paga a isenção do isento é o coitado que pega o ônibus ao lado dele. O que nós estamos sugerindo e vai ser aprovado aqui no Município é que tem que se ter uma discussão sobre quem é que deve pagar a isenção dada. Dos estudantes, o Município está trazendo para si a responsabilidade, vai pagar dando dinheiro dentro do cartão TRI. Os empregados têm que ter a sua passagem paga pelo empregador, deixando de onerar aquele cidadão coitado que infelizmente tem que pagar hoje a sua passagem e a passagem daqueles que têm isenção. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Não há mais vereadores para discutir a Pauta.

Declaro encerrada a sessão plenária do dia de hoje, convocando os vereadores para a próxima sessão plenária no dia 11 de agosto. Muito obrigada. Boa noite a todos.

(Encerra-se a sessão às 17h58min.)

\* \* \* \* \*